



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**THAIS ALESSANDRA DA SILVA**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-BRASILEIRAS: UMA  
ANÁLISE DO DESEMPENHO DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO  
DE FERRO BRASILEIRO PARA A CHINA: DO PERÍODO DE 2008  
A 2011**

**Dourados – MS**  
**Março de 2017**

**THAIS ALESSANDRA DA SILVA**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-BRASILEIRAS: UMA  
ANÁLISE DO DESEMPENHO DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO  
DE FERRO BRASILEIRO PARA A CHINA: DO PERÍODO DE 2008  
A 2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do(a) Prof.(a) Adriana Kirchof de Brum.

**Dourados – MS  
2017**

**As Relações Sino-Brasileiras: Uma análise do Desempenho da Exportação de  
Minério de Ferro para a China: Do período de 2008 a 2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Banca Examinadora da Universidade Federal  
da Grande Dourados, como pré-requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientação: Professora Doutora Adriana  
Kirchof de Brum.

Dourados, 21 de março de 2017.

Banca Examinadora



**Professora Doutora Adriana Kirchof de Brum**  
Orientadora  
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD



**Professora Doutora Lisandra Pereira Lamoso**  
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD



**Professor Mestre Roberto Mauro Fernandes**  
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

S586r Silva, Thais Alessandra Da

As Relações Econômicas Sino-Brasileiras: Uma Análise Do Desempenho Da Exportação De Minério De Ferro Brasileiro Para a China: : Do período de 2008 a 2011 / Thais Alessandra Da Silva -- Dourados: UFGD, 2017.  
60f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Adriana Kirchof de Brum

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.  
Inclui bibliografia

1. Comércio. 2. Sino-brasileiro. 3. Minério de Ferro. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de vida, e ser o alicerce nas horas mais difíceis da graduação. Em segundo lugar, aos meus pais, Elaine Vieira dos Santos Silva e Donizetti Luiz da Silva, por acreditarem no meu sonho de ser bacharel em Relações Internacionais, serem meus guias, exemplo moral, pilar de carinho, respeito e afeto.

Devo meu muito obrigado a minha irmã Aline Cristina da Silva, e ao meu cunhado, Fernando Lourenço pelo companheirismo, apoio e cuidado, mesmo eu tendo crescido. Dedico também esse trabalho para minha afilhada Emanuely, e minha sobrinha Maria Fernanda, simplesmente por existirem.

Aos meus amigos da Moradia da UFGD, em especial Thiago Alves Correa e Marcio Silveira, por serem companheiros e meus melhores amigos aqui em Dourados.

Para a minha orientadora Adriana Kirchof de Brum, por ser a luz para que esse trabalho pudesse ser concluído, e ter acreditado na minha proposta de estudo.

Aos meus amigos da faculdade, em especial, Caroline Sakamoto Yonamine, Matheus Brunetto Cari e Bruno Felipe Lima, por estarem comigo nas horas mais difíceis, e compartilharem das minhas lutas, perdas e vitórias, levarei essa amizade para o resto da vida.

Para os meus melhores amigos de infância, Thiago Martins da Silva e Carolina Pagan Tozadore, por entenderem que mesmo morando em cidades diferentes, ainda tento fazer-me presente na vida deles.

Dedico também esse trabalho para a família Mieres Passos, em especial, Caroline Mieres Passos, por ser a *roomate* mais amável que eu poderia encontrar.

À Adenir Pires e Ronan Pires, por serem a minha família de coração, levo vocês com muito carinho.

Aos servidores, Terceirizados e Técnicos da UFGD, em especial, Antônio Neto, Luciana, Claudinei e Miro por se tornarem meus amigos durante a graduação.

## **RESUMO**

Com elevadas taxas de crescimento e grande participação na economia mundial, observa-se que a China tem intensificado suas relações com a América do Sul, em especial o Brasil. E nota-se a intensificação de exportação de produtos primários para o gigante asiático. O presente estudo visa realizar uma análise e caracterizar as relações comerciais realizadas entre Brasil e China, em especial nas exportações de Minério de Ferro para a economia chinesa de 2008 a 2011. Essa relação de exportação de *commodities* poderá em longo prazo, trazer consequências importantes para o Brasil e busca-se entender essa relação sino-brasileira.

**Palavras Chave: Comércio, sino-brasileiro, Minério de Ferro.**

## **ABSTRACT**

With high rates of growth, and big participatin in world economy, the China have been intensified their relations with South America, especially the Brasil. Notice a export intensified of primary products to the Asian giant. The study try to analyse and characterize the commercial relations between Brasil and China, especially in Iron Mineral exported for chinese economy between 2008 and 2011. This relation of commodities exportation may, in a long time, have important consequences to Brasil.

**Key Words: Trade, Sino-brazillian, Iron Mineral.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. AS RELAÇÕES DE PODER NO CENÁRIO INTERNACIONAL E A TEORIA CEPALINA .....</b>	<b>10</b>
2.2 CELSO FURTADO E O ESTRUTURALISMO HISTÓRICO.....	14
<b>3. PANORAMA HISTÓRICO MUNDIAL E A ASCENSÃO CHINESA .....</b>	<b>17</b>
3.1 O COMÉRCIO EXTERIOR CHINÊS .....	21
3.2 A IMPORTÂNCIA DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEEs) E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA..	25
3.3 RELAÇÕES COMERCIAIS DA CHINA E AMÉRICA LATINA.....	27
3.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL E CHINA .....	29
<b>4. O MERCADO CHINÊS .....</b>	<b>32</b>
4.1 A CHINA NO CONTEXTO DA CRISE DE 2008.....	34
4.2 CONVERGÊNCIA ENTRE O BRASIL E A CHINA E CRÍTICAS RELACIONADAS À ESSA RELAÇÃO.....	37
4.3 EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO PARA A CHINA	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL DA CHINA COM O MUNDO (1984-2011).....	25
<b>GRÁFICO 2</b> – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DA AMÉRICA LATINA (TODOS OS PAÍSES) COM A ECONOMIA CHINESA DE 1990 À 2008 (EM MILHÕES DE DÓLARES).....	28
<b>GRÁFICO 3</b> – VALORES EM PORCENTAGEM (%) DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS PARA A CHINA (2008-2011).....	30
<b>GRÁFICO 4</b> – PAUTA DE IMPORTAÇÃO DA CHINA PARA O MUNDO 2008-2011 (US\$ MILHÕES).....	34
<b>GRÁFICO 5</b> – ANÁLISE DO PIB DA CHINA, ESTADOS UNIDOS E BRASIL EM VALORES CORRENTES UFOB US\$ MILHÕES (2008-2011).....	35
<b>GRÁFICO 6</b> – BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA US\$ (BILHÕES).....	35
<b>GRÁFICO 7</b> – CATEGORIAS EXPORTADAS PELO BRASIL PARA A CHINA, PERÍODO SELECIONADO (VALORES EM % SOBRE VALOR).....	40
<b>GRÁFICO 8</b> – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA (EM BILHÕES DE DÓLARES).....	44
<b>GRÁFICO 9</b> – PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES DE MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO EM 2010 .....	45
<b>GRÁFICO 10</b> – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES TOTAIS PARA O MUNDO (EXPORTAÇÕES PARA DIFERENTES TIPOS DE MINERAIS) .....	46
<b>GRÁFICO 11</b> – ANÁLISE DO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA (US\$ BILHÕES DE DÓLARES).....	46
<b>GRÁFICO 12</b> – BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES TOTAIS EM MILHÕES (2008-2011).....	47
<b>GRÁFICO 13</b> – PAUTA DE IMPORTAÇÃO DO BRASIL COM RELAÇÃO À CHINA (US\$ MILHÕES).....	48
<b>GRÁFICO 14</b> – PARTICIPAÇÃO EM PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO PARA A CHINA (2008-2011).....	48
<b>GRÁFICO 15</b> – VARIAÇÃO EM PESO (KG) DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO PARA A CHINA (2008-2011).....	49

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – CONSUMO DE ENERGIA E ALIMENTOS DO MUNDO E DA CHINA (1991-2011).....	22
<b>QUADRO 2</b> – ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA (%) .....	33
<b>QUADRO 3</b> – POSIÇÃO BRASILEIRA COMO PARCEIRA COMERCIAL DA CHINA (2008-2011).....	39
<b>QUADRO 4</b> – PIB MUNDIAL DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E EMERGENTES (A PREÇOS CORRENTES).....	43

## 1. INTRODUÇÃO

No Século XXI notou-se a ascendência de um novo gigante mundial, a China. Este fato é marcante para o sistema internacional, e tem despertado a atenção de diversos especialistas em várias áreas.

Nesse contexto, observa-se a relevância de análises mais profundas da relação da China para com os países menos desenvolvidos, em especial, a América Latina. Destaca-se a América Latina, pois se verifica que o comércio de mercadorias entre os países latino-americanos e a economia chinesa possuem taxas crescentes, inclusive superiores às verificadas para o total transacionado na região. As taxas se encontram não somente em termos de comércio, mas também na realização e investimento direto (CEPAL, 2011).

De acordo com Cunha (2011) há algumas características das relações de comércio entre os países da região latino-americana e a economia chinesa, que devem ser observadas, como a ocorrência de fluxos de comércio multiplicando-se entre as economias, mais do que a média de exportações e importantes para outros destinos; os padrões de comércio entre ambas as economias, contatados pela averiguação de superávits sustentados pelo *boom* das exportações de *commodities* agrícolas e energéticas além de manufaturas de baixo conteúdo tecnológico e com aumento das importações de maior valor tecnológico.

A economia chinesa deverá ser vista como *global player*, assim como Alemanha e Estados Unidos até a metade do Século XXI. Sua necessidade por matérias-primas e energia afeta de maneira significativa a oferta e preço das *commodities*, com diferentes impactos entre as economias. Cunha (2011) explicita que de 2003 a 2008 por consequência da elevação do PIB global – acima de 4%, houve um ciclo de expansão de renda, combinado com a inflação baixa retomou o dinamismo das economias, especialmente da América Latina.

Há duas visões que se destacam acerca da literatura baseada nos efeitos da ascensão chinesa sobre a América Latina. A primeira possui uma visão mais otimista, acredita-se que o crescimento chinês, que busca recursos naturais, demonstra uma oportunidade para a expansão das exportações da região, bem como poderá atrair investimentos na área de infraestrutura. Nesse contexto, a ascensão da China se

consolidaria em uma nova ordem internacional, com o poderio econômico menos centralizado no poder americano, e dotado de espaço para a iniciativa brasileira em que tornar uma potência líder em desenvolvimento, especialmente na América do Sul.

Já na segunda literatura da ascensão Chinesa, os autores possuem uma visão mais pessimista, estes consideram que a produção e exportação de recursos naturais, conjuntamente com a concorrência chinesa nos mercados domésticos e em terceiros mercados, demonstrem um risco de involução das economias com estruturas produtivas mais maduras, diante das pressões competitivas originadas na China. Segundo Cunha (2011) cabe destacar ainda que a crescente presença da China na América do Sul e na África poderia colocar em risco o potencial de internacionalização da economia brasileira.

A China é uma das economias que mais exportam no mundo, as exportações principais da economia chinesa são Unidades de Disco Digital, Telefones, Circuitos Integrados, peças de máquinas de escritório, e Equipamentos de transmissão. Já suas principais importações são Crude Petroleum, Ouro, Carros, Circuitos Integrados, e Minério de Ferro (The Observatory of Economic Complexity – OEC, 2014). Cabe salientar ainda que o segundo principal fornecedor de Minério de Ferro para a China é o Brasil.

Como principais parceiros comerciais pode-se verificar Hong Kong, Holanda, Reino Unido, Japão, Alemanha, Coreia do Sul, e Alemanha. Adiante, é necessário destacar que em termos de comércio com a economia Chinesa, o Brasil encontra-se como 9º principal parceiro comercial do gigante asiático. (Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC).

Desde a nova ordem mundial o Brasil passou por um duplo processo de transformações no plano econômico. Na década de 90 o país participou de um modelo de desenvolvimento cercado pela liberalização e diminuição das fronteiras econômicas, demonstrando importantes ensinamentos acerca da condução da política externa. Ao analisar essas condições se observa que a autonomia é viável para se desenvolver, e somente poderá ser construída através do aumento da participação na formulação de normas e regras que regem o sistema internacional (Acioly et al, 2011). Com a

liberalização, novos parceiros comerciais surgiram nesse processo, em especial a China, e é preciso aproveitar as oportunidades no cenário internacional.

A relação Brasil-China teve seu começo estabelecido em 1974, com a parceria diplomática, esta relação tem evoluído de maneira intensa. Com a “Parceria Estratégica” em 1993, verifica-se uma convergência entre ambos os países. Já em 2004 foi divulgada a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN). Em 2009 especificamente, verificou-se que a China é o principal parceiro comercial da economia brasileira, e vem-se constituindo como uma das principais originadores de investimento no País. (Ministério das Relações Exteriores – MRE)

A convergência entre ambas as economias continuara, e adiante em 2010, se observa a ratificação do Plano de Ação Conjunta (PAC) de 2010-2014, que tem como intuito definir objetivos, orientações e metas para cercear as relações bilaterais. Mais recentemente, em 2012 as relações atingiram um nível Estratégico Global com a “Parceria Estratégica Global”, que firmou o Plano Decenal de Cooperação. (2012-2021). Ainda em 2012 o gigante asiático tornou-se o basilar fornecedor de produtos importados pela economia brasileira. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) afirma que os fluxos de comércio ampliaram-se significativamente de 2001 a 2015 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. (Ministério das Relações Exteriores – MRE).

Desse modo esse presente trabalho tem como objetivo geral analisar o desempenho das relações de comércio Brasil-China entre 2008 a 2011, e como objetivo específicos se propõe a realizar o levantamento bibliográfico sobre a discussão do modelo de internacionalização da China; analisar o desempenho de comércio sino-brasileiro e produtos transacionados nesse período, em especial o Minério de Ferro não aglomerados e seus concentrados, bem como o Minério de Ferro aglomerados e seus concentrados; e compreender os riscos e oportunidades de expansão do comércio oriundos da ascensão chinesa.

Este trabalho visa responder a seguinte questão: as relações de exportações brasileiras para a China caracterizam a inserção periférica do Brasil, especialmente na exportação de minério de ferro?. Estruturalmente o estudo apresenta quatro seções, a primeira é realizada a introdução do trabalho, contendo objetivos gerais e específicos, a

segunda verifica-se a referência teórica baseada no Pensamento Cepalino de Raul Prebisch (1949) e Celso Furtado (1961), que abordam o conceito de centro-periferia; já a terceira seção aborda-se com base em fontes secundárias, a contextualização do panorama histórico e político da ascensão chinesa, bem como a relação deste com a América do Sul e o Brasil (natureza das relações comerciais entre outros); e a quarta seção, tem como objetivo a análise das relações comerciais sino-brasileiras, especialmente a exportação de Minério de Ferro brasileiro para a economia chinesa.

## **2. AS RELAÇÕES DE PODER NO CENÁRIO INTERNACIONAL E A TEORIA CEPALINA**

A concentração produtiva e exportadora em recursos naturais remete a clássicos que são apontados como pioneiros do pensamento estruturalista latino-americano, como Prebisch (1949) e Furtado (1961; 2003). A conformação de economias duais e seus ciclos econômicos, que demonstram efeitos perversos sobre o mercado de trabalho e também a economia externa, a tendência ao desequilíbrio do último, de uma aristocracia econômica e política autoritária e consumista, que reproduz os padrões dos centros cíclicos, e concentram a renda internamente e o poder – são alguns dos problemas encontrados nas economias de países periféricos.

Raul Prebisch (1949) foi um dos pioneiros no pensamento estruturalista latino-americano, e acreditava que a teoria econômica havia envelhecido, e era necessário então realizar uma nova atualização de erros e grandes acertos. O autor critica tanto o protecionismo, quanto o livre câmbio, e outros pontos defasados e expõem que estes pontos precisam ser revistos. Segundo Couto (2007) Prebisch ainda criticara os Estados Unidos, pois este ainda possui a crença de que o livre funcionamento do mecanismo de cunho econômico corrigiria e equipararia os males dos ajustes ocorridos na periferia, sem necessitar de uma política compensatória. O autor Cepalino foi um crítico do livre funcionalismo do mercado. Para Couto apud Floto (2007) o centro e a periferia são resultados da história de propagação do progresso técnico no sistema internacional, demonstrando estruturas produtivas diferentes em ambos, além de funções diferentes.

O conceito de periferia foi abordado pela primeira vez em 1946, Couto apud Prebisch (2007) disserta que os Estados Unidos exerciam o papel de centro cíclico no

centro econômico, e a América Latina estaria na periferia deste centro cíclico e sujeita a influência da economia norte-americana. Cabe salientar ainda que as denominações de centro cíclico e periferias não estão enraizadas nas economias, como se pode observar. Antes da década de 1930 o centro cíclico era a Grã-Bretanha, seguidamente se nota a ascendência dos Estados Unidos. Ainda sobre o movimento cíclico, Prebisch (1949) expõe que todos os Estados fazem parte de somente um ciclo, mas existem potências centro cíclicas e periferias. Por isso, verifica que é impossível aplicar uma política uniforme para auxiliar nos problemas emergentes de ciclo econômico, devido à variedade de atores e inserções internacionais, entende-se que não há como usar as intervenções e regulamentações das periferias em equivalência aos centros.

Nesse contexto, observa-se que os países emergentes ou em desenvolvimento, que obtiveram o desenvolvimento tardio, e possuem sua pauta de exportação em matéria-prima são vistos como periferia no cenário internacional. Verifica-se uma divisão produtiva internacional do trabalho, os centros cíclicos absorvem as vantagens e benefícios da industrialização tornando-se mais fortes, e as economias periféricas se tornam mais especializadas, pois os países não conseguem ser competitivos no setor industrial, devido à especialização. Os autores do pensamento Cepalino criticam a divisão internacional do trabalho, pois explicitam que os países mais industrializados possuem vantagens desiguais no comércio exterior.

Para Prebisch (1949) na divisão internacional de trabalho, o progresso técnico era distribuído igualmente para todos, seja através da queda dos preços, ou aumento de renda. Como consequência, estes países por receberem esses usufrutos não possuem a necessidade de industrializar-se. Couto (2007) verifica ainda que os produtos primários produzidos pela periferia, com menor produtividade, teriam um aumento de poder de compra, conforme houvesse evolução técnica nos centros, e assim estes países não precisariam da industrialização. Esse projeto demonstrou uma falha, esta consiste em atribuir um caráter geral àquilo proposto, os benefícios do desenvolvimento da produção não chegam à periferia de maneira igual aos benefícios do centro. Por consequência, estruturam-se os padrões de vida diferentes de centro-periferia. Couto (2007) afirma que Prebisch critica a distribuição do progresso técnico, o preço dos produtos de matéria primária vem se deteriorando mediante aos preços dos produtos de manufaturas dos grandes centros, obtendo vantagens desiguais.

Segundo Prebisch (1969; p. 4) existe “*um desequilíbrio patente e, seja qual for essa sua explicação ou maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho*”. Isso é, há um desequilíbrio nos benefícios do centro e periferia, e o esquema da divisão internacional do trabalho não funcionam, pois não atinge a periferia da mesma maneira que o centro. Por esse motivo é fundamental que haja industrialização dos novos países. É a única maneira de cooptar uma parte do fruto do progresso técnico e assim elevar progressivamente o padrão da periferia. Em referência aos países latino-americanos ainda há muita ação prática para resolver esse quesito. É importante que estas economias exponham claramente sua situação, para que seus interesses, possibilidades e aspirações se aglutinem de maneira adequada em fórmulas de cooperação econômica internacional.

Outro fato que é necessário elucidar é que a produção primária e especializada não é compatível com desenvolvimento, este fato ocorre em especial na América Latina. Prebisch (1949; p. 5) argumenta que é preciso ter progresso técnico para que ocorra o desenvolvimento econômico, é necessário que haja melhores equipamentos e renovação dos sistemas. É vero que com a demanda de produtos para os países industrializados incentivou a demanda de produtos primários, e assim representou um dinamismo para o crescimento da América Latina. Mas em geral, nota-se que o progresso técnico ocorreu de maneira mais acentuada na indústria do que na produção primária das economias periféricas, demonstrando a incompatibilidade com o desenvolvimento industrial.

Segundo Couto (2007) o movimento desigual ocorre também na deterioração dos preços que é vista pelo movimento cíclico da economia. Nesse processo cíclico há uma disparidade de fluxo contínuo entre a oferta e demanda global de artigos que são produzidos nos centros cíclicos. Segundo Prebisch (1949; p. 18) “*Na fase ascendente, a demanda ultrapassa a oferta e na descendente ocorre o inverso*”. As variações de lucro estão ligadas a esta disparidade.

O lucro aumenta na fase ascendente e, com isso, tende a corrigir o excesso de demanda através da alta de preços, e diminui na descendente, com isso tendendo a corrigir o excesso de oferta pela baixa dos preços (PREBISCH, 1949; p. 18).

Isto demonstra que na fase ascendente do ciclo a queda dos preços dos produtos de matéria primária era maior do que a elevação na fase ascendente. E em comparação aos preços dos produtos primários, os últimos resistiam à queda.

A transferência do lucro ocorre para os produtores da periferia com a alta dos preços. Quanto mais há concorrência e tempo para aumentar a realização da produção primária, relacionado ao tempo das outras etapas do processo de produção, e também quanto menor houver estoque acumulado, tem se como consequência o lucro que é transferido para a periferia. Verifica-se então que os preços primários tendem a subir mais do que os preços finais, em virtude do lucro obtido. Mas, como explicar que no decorrer da história a renda do centro tem crescido acima da periferia?

A questão é que os preços finais sobem com mais rapidez do que os preços primários na fase ascendente, mas também descem mais na fase descendente. Criando um distanciamento progressivo através dos ciclos. O lucro aumenta na fase ascendente e diminui na descendente, para corrigir a divergência entre a oferta e demanda. O lucro poderia diminuir da mesma forma que aumentou, mas isso não ocorre, causando um movimento desigual. Prebisch (1949; p. 19) explica que:

Durante a fase ascendente, uma parte dos lucros vai-se transformando em aumento de salários, em virtude da concorrência dos empresários entre si e da pressão exercida em todos eles pelas organizações trabalhistas. Quando, na fase descendente, o lucro tem que se contrair, a parte que se transformou nos citados aumentos perde sua liquidez no centro, em virtude da conhecida resistência à queda dos salários. A pressão desloca-se então para a periferia, com força maior do que a naturalmente exercível, pelo fato de não serem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia.

A desordem das massas que trabalham na produção primária na periferia é impedida de conseguir aumento salarial compatível com os países industrializados. E então existe a concentração de renda, que desequilibra a relação do centro e periferia, delimitando a aristocracia econômica e aumentando a desigualdade.

Um dos meios para as economias latino-americanas acompanharem a industrialização é por meio das vantagens do progresso técnico. Se os benefícios do progresso técnico não se dispersassem através dos preços, em virtude, elevariam a renda. E foi exatamente assim que ocorreu nos Estados Unidos, assim como em outros centros cíclicos. Todavia, isso não ocorreu no mundo. Para que isso ocorresse, o mundo

haveria de ter a mesma mobilidade dos fatores produtivos que se observou no campo interno daquele país. Ainda observa-se que ocorreram diferentes obstáculos ao deslocamento fácil dos setores produtivos. Caso houvesse salários muito elevados, haveriam sido atraídas grandes massas e assim teria influencia desfavorável nesses salários, e isso diminuiria a diferença que separa o centro cíclico do resto do mundo.

Para Couto (2007) a deterioração dos termos de intercâmbio e o processo industrial levaram a países periféricos a desequilíbrios internos. Estes desequilíbrios externos, para Prebisch (1951) derivam da elasticidade-renda da demanda vista como o causador principal, e assim o autor explica que conforme há o crescimento da renda, diminui a demanda por bens primários e aumenta a demanda por bens manufaturados. Para driblar a deterioração do desequilíbrio externo, este via como alternativa a substituição de importações.

## 2.2 CELSO FURTADO E O ESTRUTURALISMO HISTÓRICO

A segunda abordagem estruturalista que diz respeito a Celso Furtado (1961), que se refere à perspectiva macroeconômica. Furtado (1961) deu continuidade ao estudo do desenvolvimento Cepalino, com enfoque estruturalista-histórico-dual. Entende-se como estrutural e dualista, pois, acreditam que a economia precisa ser entendida como centro-periferia, que estas se autorregulam e de maneiras diferentes. Já o histórico deve-se buscar procurar as causas do subdesenvolvimento na história.

Pereira (2005) disserta que o autor cepalino inaugurou duas categorias novas para a análise do centro-periferia, o estudo da dependência – que parte de uma visão ampla da economia mundial e visão particular das economias que são submissas à economia mundial. E a visão histórica que busca verificar as raízes estruturais do subdesenvolvimento.

Na análise do subdesenvolvimento que Furtado (1961) discorre, o autor apresenta que mesmo dentro do próprio capitalismo é possível superar a dependência da periferia mediante o centro, sem romper com o sistema capitalista. Esta dependência pode ser caracterizada pela necessidade de capital estrangeiro nas economias periféricas, e esse fato pode constituir um obstáculo para o desenvolvimento. A dependência transborda para um ciclo vicioso: as economias em desenvolvimento

carecem de investimento externo e não possuem capacidade produtiva para acumulação interna, e assim solicitam empréstimo, que aumentam o endividamento externo, o como consequência, agrava a dependência externa (MACHADO, 1999).

O processo da acumulação do capital é um dos motores principais (senão mesmo o principal) da história moderna”. Daí que o subdesenvolvimento implica a "análise das relações dependentes de produção e de troca no interior do processo mundial de acumulação de capital” (Machado Apud Frank, 1999)

Disserta ainda que o subdesenvolvimento que advém desde a Revolução Industrial, é resultado do processo evolutivo da economia mundial. Observa-se a formação de núcleos industriais, como os Estados Unidos, e por consequência dos núcleos industriais concentrados, formaram-se os países periféricos. Cabe lembrar-se da inflexibilidade econômica que penetra o sistema. Machado apud Bettlheim (1999) defende que o “*subdesenvolvimento como um processo particular em relação aos países avançados, que não sofreram exploração econômica, dominação política e cuja trajetória não pode ser considerada segundo os estágios paradigmáticos do capitalismo central*”. Furtado conclui que (1961) as economias subdesenvolvidas encontram-se na deformação estrutural, que possui como característica o dualismo atrasado-moderno. Esta deformação estrutural tem como consequência os desequilíbrios sociais, econômicos e políticos.

Segundo Pereira (2005) que mesmo com a economia subdesenvolvida, é possível superar o subdesenvolvimento, pois pelo subdesenvolvimento ser um caráter histórico, é visto como passível de mudança. Todavia, para a resolução do problema, Furtado (1961) afirma que é necessária existência da industrialização, mudanças estruturais, e fornecimento do mercado interno. Há a necessidade de autogerar-se, e substituir os milagres econômicos acreditados pelas periferias. Em referência ao papel desempenhado pelo mercado no processo de superação do subdesenvolvimento, este vai se autorregular quando houver a reformulação do Estado no âmbito institucional.

No caso da economia brasileira, implica em realizar a retirada das estruturas arcaicas para alcançar o desenvolvimento e investir em setores que não são privilegiados. Contudo, cabe salientar que embora Furtado tenha apresentado as diretrizes para que o subdesenvolvimento fosse superado, os vínculos de dependência estão muito aprofundados, em decorrência do processo de globalização.

A globalização segundo o autor é a causa do agravamento da dualidade entre centro e periferia, pois além de realizar o aumento do endividamento externo das periferias, ainda se observa também o aumento das desigualdades sociais. Para Furtado (1961), além de aplicar as mudanças propostas acima, é necessário conceber um modelo desenvolvimentista que olhe especificamente para cada economia, e não realizar um modelo geral. Cabe lembrar que Prebisch (1949) assim como Furtado (1961) também critica essa ideia de modelo geral aplicável a todos. Sem o projeto desenvolvimentista de cunho forte, o governo latino-americano em especial, fica a mercê do sistema internacional para financiar seu desenvolvimento. Logo, aumenta a dependência do país no sistema internacional.

Ao verificar a situação brasileira, Furtado (1961) disserta que a economia brasileira não conseguiu se desvencilhar da concentração de riqueza, inflação, e desigualdades regionais, e assim a industrialização que ocorrera no país não favorecera a evolução industrial. Também se observou o predomínio das políticas econômicas recessivas. Ambos os acontecimentos se podem traduzir em projetos políticos econômicos que não possuem coerência, voltados para a fácil obtenção de lucros e a dependência do mercado externo.

Cabe então entender que se que a divisão internacional do trabalho tornaria as economias centro e periferia do sistema internacional equilibradas no sentido econômico, contudo como afirma Furtado (1961), os produtores de matéria prima não manufaturadas distanciavam-se de maneira gradativa das economias industriais, vistas como centros cíclicos. Um desses exemplos de centro cíclico são os Estados Unidos. Mas devido à deterioração dos preços de produtos primários exportados pelas economias periféricas, como os países da América Latina, para as economias centro, as economias periféricas não conseguem atingir o processo técnico, isso é o desenvolvimento (Prebisch, 1949).

Para que este desenvolvimento seja atingido, as economias periféricas necessitariam de políticas desenvolvimentistas mais eficazes para alcançar a industrialização, ao invés de especializar a exportação de produtos primários. Sem um plano cabível para alcançar esse nível desenvolvimentista, os Estados estão fadados à buscar financiamento externo, dependendo cada vez mais das economias centros. Com

o advento da globalização as economias se tornaram cada vez mais interdependentes (Furtado, 1961).

Através dos fenômenos citados acima se evidenciam dois importantes aspectos a serem dissertados: o primeiro refere-se às diferenças que existem entre os países quanto às oportunidades de crescimento econômico e de integração ao mercado internacional. Seguidamente, o outro se encontra relacionado ao fato que a forma relação junto a outras nações, demonstra um papel fundamental na ultrapassagem dos desafios e barreiras de desenvolvimento impostas pelo sistema internacional.

Percebe-se ainda a importância dos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, como as economias latino-americanas, inserirem-se de maneira dinâmica e diferenciada no sistema internacional. Sob essa perspectiva, ainda que as chances de integração de forma favorável não sejam iguais a todos, quanto maior a capacidade de articulação e grau de competitividade, melhores serão suas oportunidades.

### **3. PANORAMA HISTÓRICO MUNDIAL E A ASCENSÃO CHINESA**

No Século XXI se verificam transformações no sistema econômico político e internacional, que geraram modificações na divisão internacional do trabalho e a hierarquização dos Estados no sistema internacional. Em comparação aos outros Estados do sistema internacional, os Estados Unidos possui uma elevada concentração de poder, tanto econômico quanto político, por consequência de sua moeda ter curso internacional (dólar), e também por possuírem a maior economia mundial, associado a um forte poderio militar. Apesar de o sistema internacional demonstrar a uni-polaridade, cabe entender que esta está em caminhando para um colapso, devido à uma relativa perda de poder dos Estados Unidos (Acioly et al; 2011).

Essa nova configuração do sistema internacional não ocorreu somente em decorrência da ação de cunho unilateral da economia norte-americana; mas sim, devido a fatores que favoreceram a emergência em meados anos 2000, de atores que disputam globalmente a conjuntura do sistema, como a Rússia, Índia, e especialmente a China. Acioly et al (2011) explana que a expansão de poder deste último país está atrelado ao

seu forte dinamismo econômico, que foi associado ao crescimento da Ásia, América Latina, Europa e África.

A ascensão da China no sistema internacional tem despertado em estudiosos, o entusiasmo para estudá-la e nenhuma análise deveria desconsiderar que ao longo dos últimos três milênios, a civilização chinesa esteve no ranking das potências mais avançadas do mundo. A China impressiona não somente pela sua longevidade, mas ao analisar a história, a grandeza econômica e política também impressionam, comparadas à outras civilizações antigas e também modernas.

Até meados do Século XIX a China era vista como um país misterioso. Segundo Cunha apud Marx (2011) a China era o modo primitivo de produção, havia como características a estagnação atrelada ao desenvolvimento agrário inferior, assim como de baixo dinamismo, e não havia bases para desenvolver o capitalismo. Cunha (2011) delineia que o país chinês apesar das condições vulneráveis em que se encontrara, não havia instituições adequadas para que o capitalismo funcionasse de maneira correta e eficiente. O governo conservador e as instituições ineficientes fizeram com que a China obtivesse um atraso relativo frente ao sistema capitalista.

Ao analisar-se a economia chinesa, se observa que até o Século XIX apesar de ser uma potência líder cuja economia detinha o maior produto nacional, nessa época já se via o declínio abrupto, que arrastaria a China na economia internacional. Em 1900 já se via a queda da produção manufatureira, de 32,8% em 1750, esta se viu 6,2% em 1900, enquanto a produção das economias europeias só aumentava. Esse fato deu-se consequentemente pela transformação das estruturas tecnológicas das economias europeias, vistas na Primeira Revolução Industrial. Com a queda abrupta, a economia chinesa viu-se em fragilização internacional e convulsões internas. Apesar do alto grau de desenvolvimento, havia a vulnerabilidade externa, por exemplo, e a sua superioridade tecnológica não se traduziu em poderio militar.

Depois da Primeira Revolução Industrial vista na Inglaterra e na Europa, os comunistas chineses buscaram recuperar a honra e poderio chinês, após notarem as vulnerabilidades internas e externas observadas. Em 1949 sobre as diretrizes do comunista Mao Zedong e sua estratégia conhecida como “Grande Salto à Frente” (1958-1963), os chineses buscaram sobrepujar a siderúrgica chinesa em detrimento da

inglesa<sup>1</sup>. A estratégia de se tornar uma economia de caráter fechado não gerou resultados em quesito de alavancar o crescimento chinês. Contudo, o “Grande Salto à Frente” foi considerado uma das principais iniciativas da mudança de estruturas internas de cunhado agrário para industrial. Nesse contexto, em seguida observa-se a tentativa de implementação da liberalização econômica de Deng Xiaoping, que mudou a história da economia chinesa.

Ao se analisar a história da economia chinesa no sistema internacional vê-se que a República Popular da China teve um aumento do crescimento que se iniciou na década de cinquenta. Já adiante, desde a década de setenta, o crescimento foi consequência de reformas defendidas por Xiaoping em 1979. Xiaoping implantou um plano de reforma econômica e transformou a estagnação e atraso da China em uma economia que busca liderar os países emergentes, e é capaz de disputar a hegemonia mundial de forma equiparada com os países desenvolvidos. Estas reformas eram voltadas para o mercado externo e a política de abertura econômica. Conseqüentemente, esta iniciativa levou a um crescimento contínuo especialmente desde 1980 a 2000. De maneira veloz, o país realizou planejamentos para tornar-se uma economia de mercado, e de caráter industrializada.

O plano de Deng Xiaoping tinha como objetivo no âmbito interno estimular a agricultura, e como consequência dessa reforma, os grãos da economia chinesa se tornaram os mais exportados desde 1999. Já no âmbito externo, o plano adotou a abertura aos investimentos estrangeiros; incentivou a exportação de produtos, que promoveram superávits comerciais; a criação de empregos e o aumento de reservas cambiais. Com as multinacionais instaladas nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que serão explicadas mais afrente, a china aumentou de maneira significativa a presença no comércio internacional.

Entre 1979 e 2003 suas exportações cresceram ininterruptamente, e a economia passou a se posicionar como terceiro maior exportador de produtos mundialmente. Acioly et al (2011) verifica que o desenvolvimento chinês e sua modernização da indústria esse modelo possuía estes eixos a serem seguidos:

---

<sup>1</sup> Cunha apud WU, 2005; BIJIAN, 2005; 2006; MAHBUBANI, 2005; ZWEIG & JINHAI, 2005; HUTTON, 2007; WOMACK, 2010.

Os eixos centrais dessa nova rota do modelo chinês foram: *i*) descentralização das decisões econômicas por meio da delegação de poder para as províncias e as autoridades locais; e *ii*) adoção de modelos gerenciais e tecnologias do ocidente. Esses eixos foram sendo configurados em etapas a partir da legitimação do “princípio estratégico da abertura ao mundo exterior” e da “evolução pacífica” (ACIOLY, 2011; CUNHA & MARTI, 2009)

Devido à instabilidade política da China, Xiaoping buscou acelerar a implementação de suas políticas e a aplicação do seu plano de reforma denominado de “Grande Compromisso”. Este pode ser visto como fio condutor do processo de reformas e abertura do comércio. Acioly et al (2011) o “Grande Compromisso” significou um salto à estratégia de crescimento econômico de 1978.

A configuração do “Grande Compromisso” significou a aceleração – para os padrões do tempo histórico chinês – do “princípio estratégico da abertura ao mundo exterior” por meio da expansão das ZEE (Zonas Econômicas Especiais, criando inclusive a chamada Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia), da descentralização do planejamento central e de intenso processo de reformas nas empresas estatais (ACIOLY et al 2011; p. 11).

As reformas vistas em 1970 elevaram os padrões da população até 1990. A China é o país com mais habitantes do mundo, tem cerca de 1,3 bilhões de pessoas, e no ranking de economia mundial, situa-se em sexto lugar. A iniciativa de abertura comercial foi o que gerou o aumento do padrão da maior população do mundo em até seis vezes mais. A elevação do padrão ocorreu devido às iniciativas de um crescimento das exportações, investimentos externos diretos e participação no mercado global, que englobam esse pacote de benefícios.

Observa-se ainda que com o colapso financeiro do Sudeste Asiático em 1997, a expectativa de “gansos voadores” apresentada pelo Japão se fragiliza, e a China começa a emergir nesse contexto. Esse processo de ascensão da economia chinesa é visto como a terceira onda do modelo asiático, que surge em decorrência dos outros modelos asiáticos, isso é o do Japão em 1950, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong, em 1970. Nonnenber *et al* (2008) explana que apesar de ocorrer um novo ciclo de expansão na Ásia, algumas medidas adotadas nos modelos da economia japonesa e sul-coreana que são semelhantes às chinesas, contudo divergem-se em aspectos substanciais.

A China começara a desvencilhar-se da semi-estagnação, e diversas causas contribuíram para o seu desenvolvimento. A iniciativa de abertura e reformas de 1978 ocorreu com o intuito de liberalizar a ocorrência de investimentos industriais realizados por parte das empresas estrangeiras. Nesse sentido, é viável que o crescimento tenha

sido conduzido pela indústria e acumulação de capital, em consequência das medidas adotadas. Além do desenvolvimento realizado pelas indústrias, cabe ressaltar ainda que o comércio exterior contribuiu como uma das principais fontes do crescimento econômico chinês dos últimos 25 anos. A vantagem como o baixo custo da mão-de-obra colocou a economia chinesa em diferente nível dos outros países.

Com a entrada de investimentos estrangeiros, o governo adaptou as instituições financeiras para que estejam aptas às novas modificações e assim suprir as necessidades de instituições mais regulatórias que assombravam a economia chinesa. Mais afrente, essa liberalização econômica foi renegociada na entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

É válido também ressaltar a importância de alguns condicionantes externos. Esses condicionantes estão associados à aproximação da China com os Estados Unidos, a ascensão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), além disso, a configuração do eixo econômico sino-americano. A primeira condicionante citada ocorreu em decorrência do desgaste da antiga URSS e aproximação da economia chinesa e americana em 1972. Esse fato é visto para Acioly et al (2011; p. 14) importante, pois foi a arrancada exportadora, que abriu o comércio internacional ocidental para os produtos chineses, e também o financiamento internacional. Com a queda da antiga URSS, as duas economias, primeiramente vistas como aliadas, se tornaram concorrentes.

Outro condicionante externo para o avanço da economia chinesa foi a configuração do eixo sino-americano. Mesmo com o novo contexto geopolítico da década de 1990 de ampliação do poder americano – marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo enquadramento dos seus aliados e concorrentes –, a China já havia alcançado condições econômicas estruturais para manter o seu dinamismo extraordinário, mesmo com o aumento da concorrência com os Estados Unidos. Dinamismo este que criou uma complementaridade econômica (comercial, produtiva e financeira) cada vez maior com os Estados Unidos. Na verdade, o ciclo de expansão mundial do início do século XXI foi uma decorrência de novos fluxos comerciais, produtivos e financeiros que conectaram, por um lado, os Estados Unidos e, por outro, as economias do Sudoeste Asiático, especialmente a China. Nem mesmo a crise internacional de 2008 interrompeu esse processo, que parece inclusive ter reforçado a importância do eixo sino-americano. (Acioly et al. 2011; p. 15).

### 3.1 O COMÉRCIO EXTERIOR CHINÊS

Por consequência da abertura comercial e o novo padrão de consumo, a China ultrapassou os Estados Unidos no consumo de *commodities* agrícolas e industriais.

Compreende-se que os principais produtos consumidos pelo gigante asiático são grãos, carvão, carne e aço, sendo o último atribuído devido ao processo de rápida urbanização.

	1991-2001				2001-2011			
	Mundo	China	Mundo sem China	Efeito China	Mundo	China	Mundo sem China	Efeito China
Energia primária total	1,6	5,1	1,3	27,4	2,7	15,1	1,5	55,3
Carvão	0,9	3,7	0,1	95,9	4,8	15,5	1,4	83,3
Petróleo	1,4	8,7	1,1	24,3	1,2	10,2	0,7	50,4
Gás Natural	2,3	7,3	2,2	2,5	2,8	37,7	2,7	13,5
Hidroeletricidade	1,7	12,3	1,1	39,9	3,3	15,0	2,1	46,2
Alimentos								
Soja	6,9	17,5	5,8	22,6	3,8	14,7	19,4	17,8
Algodão	0,8	2,2	0,4	63,4	1,3	6,5	-5,8	13,2
Milho	2,6	4,8	2,1	31,3	3,9	5,3	35,5	2,7
Trigo	0,7	0,3	0,7	9,1	1,7	1,1	11,5	3,4

Fonte: Pinto; Gonçalves (2015)

#### **Quadro 1 – Consumo de energia e alimentos do mundo e da China (1991-2011)**

A evolução das importações aumentaram de 3,9% no ano de 2002, para 11,6% em 2012, devido a ascensão chinesa no cenário internacional. E para suprir as demandas por matérias primas e dar continuidade no processo de crescimento econômico, cabe ainda ressaltar que a economia chinesa realizou relacionamentos estratégicos com países que detém muitos recursos naturais, como o Cazaquistão, Rússia, Austrália, Indonésia e Brasil. E estes relacionamentos se afluam em contratos de fornecimento à longo prazo de matérias primas como petróleo, gás natural, bauxita, madeira e ferro. (Gontijo 2005; p. 3).

Devido ao novo arrojo comercial a China vem demonstrando uma alta taxa de variação de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB), segundo Gontijo (2005) essa taxa entre 1980 e 2010 foi de 10%. Verifica-se também um aumento significativo do PIB *per capita* (em preço corrente), que obteve um salto de US\$ 205,1 em 1980, para US\$ 4.282,9 no ano de 2010, devido às manobras econômicas que a economia chinesa utilizou no período da crise internacional. Essa dinâmica da economia mostra a ascensão do país chinês, para cada vez mais ocupar posições do centro cíclico, no sistema internacional. Acioly et al (2011; p. 4-5) afirma que

A partir da década de 1990 verificou-se um aumento nessa participação de 273% (de 1,8% em 1990 para 3,7% em 2000) que se acelerou ainda mais durante a década de 2000. Entre 2000 e 2005, período de expansão da economia mundial, a participação elevou-se de 3,7% para 5% (crescimento

de 369%), tendência ampliada entre 2005 e 2010, em virtude da crise internacional – que teve menor impacto negativo na China em relação aos demais países, já que a participação cresceu de 5% para 9,3%. Inclusive a participação da economia chinesa ultrapassou a do Japão (8,7%) em 2010, tornando-se a segunda economia do mundo.

Para Nonnenber et al (2008) essas reformas econômicas do “Grande Compromisso” fizeram com que o Produto Interno Bruto (PIB) da economia chinesa tivesse um crescimento real de 10% ao ano (a.a). Como, da mesma forma, estas iniciativas demonstraram o aumento da competitividade das exportações de produtos manufaturados, que cabe ressaltar, deslocou produtores tradicionais, inclusive de países vistos como desenvolvidos.

Dentre as causas apontadas como elementos definidores desse processo de competitividade internacional, podemos destacar os investimentos externos diretos. Estes tiveram como objetivo a transferência de tecnologia e capital para a economia chinesa, devido ao baixo custo de mão-de-obra e o elevado nível de qualificação. Cabe abordar também que as medidas de política industrial foram fundamentais para o processo econômico, pois estas em conjunto com a mão-de-obra barata, enfatizaram zonas econômicas especiais (ZEEs) aplicando incentivos fiscais, trazendo benefícios para o processo.

Ademais o governo chinês além de aplicar iniciativas que favorecessem a entrada de capital estrangeiro, explicou que as empresas multinacionais tem a obrigação de se associarem a um companheiro doméstico, bem como proibidos de investir em setores específicos, para desenvolver a economia interna e a tecnologia local. Cabe ressaltar também que é necessário estimular as exportações por meio da taxa de câmbio fixa e desvalorizada.

Além do desenvolvimento realizado pelas indústrias, se explana ainda que o comércio exterior contribui como uma das principais fontes do crescimento econômico chinês dos últimos 25 anos. As vantagens como o baixo custo da mão-de-obra colocou a economia chinesa em diferente nível dos outros países.

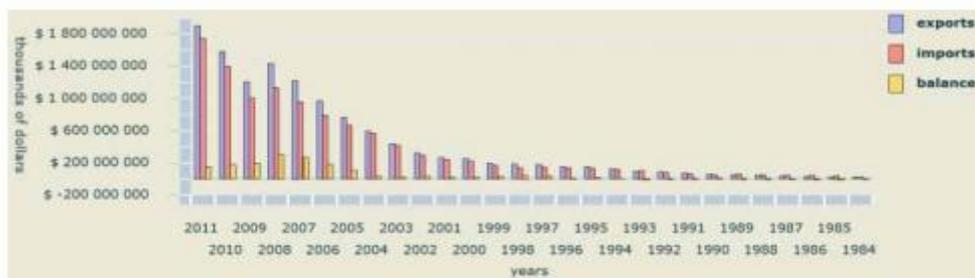
De fato, desde 2000 as exportações chinesas tem obtido um aumento dinâmico referente às exportações mundiais devido à entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), que mudou de maneira significativa as relações de comércio entre os países desenvolvidos, subdesenvolvidos e a China. Verifica-se também que devido ao processo de desenvolvimento de tecnologias dos produtos chineses, observa-se que ocorreram mudanças pauta de exportação competitiva desde 1990. Essa nova

configuração de pauta está se aproximando da pauta de exportação dos países desenvolvidos. Os produtos que possuem alto teor tecnológico, na década de 90 significavam 13% das exportações chinesas, já em 2005, passam a representar 37%. Também se denota que os produtos de média intensidade tecnológica tiveram uma ascensão de 12% para 16%. Contudo, vê-se a redução de participação na exportação de *commodities*.

Já em referência as importações, estas aumentaram de forma equiparada às exportações, em torno de 16% a.a. entre 1990 a 2005, os produtos que possuem alta intensidade tecnológica apresentaram um aumento entre os anos 1990 e 2005, vê-se de 25% a 44%. Ao longo dos anos 2000 o aumento da corrente de comércio foi marcante, pois as exportações e importações estavam acima da corrente mundial. Esse processo foi oriundo da ampliação da integração comercial, financeira e produtiva vista no início do Século XXI, os fluxos financeiros e comerciais se conectaram.

Como se observa nos anos 2000 as manufaturas intensivas em tecnologia e que possuem maior valor agregado ganham importância. Já em 2009 as quatro principais categorias de produtos de alto valor agregado, oriundos da China ganharam mais participação, e são responsáveis 77,5% do total importado oriundo da economia chinesa. Essas categorias são: equipamento elétricos e óticos; outras máquinas e equipamentos (SOARES; CASTILHO (2014; p. 5).

Nesse contexto, essa dinâmica chinesa gerou transmissão de crescimento mundial para vários países na década de 2010. Acioly et al (2011; p. 16) explica que nesse cenário, muitos países tiveram superávits comerciais, que permitiram a diminuição da vulnerabilidade externa e também a acumulação de reservas internacionais. Ao analisar o gráfico abaixo, se pode observar um grande aumento dos volumes de importação e exportação do comércio Chinês com o mundo, e o crescimento evidente, desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.



Fonte: Rolo (2013)

### **Gráfico 1 - Exportações, Importações e Balança Comercial da China com o mundo (1984-2011)**

Como se pode notar, a intensidade tecnológica dos produtos exportados pela economia chinesa tem obtido um aumento. Esse fato pode ser notado mediante a análise da composição das exportações de 2000 a 2011 que Para Rolo (2013) apud ECLAD (2012), o comércio entre a economia chinesa e a América Latina teve uma expansão significativa entre 1990 e 2008. Neste período analisado, ocorreu um aumento de 820% nas exportações da América Latina para a economia chinesa. Compreende-se ainda que o saldo comercial do período foi favorável para o gigante chinês em US\$ 52,4 bilhões.

Sobre as etapas de produção, se acredita que a economia chinesa está se concentrando na etapa mais intensiva em mão-de-obra, e cabe lembrar que esta ainda possui grande vantagem por ser barata. Ainda assim, a economia chinesa está se aproximando cada vez mais de um processo de transformação do comércio exterior. Que busca aumentar o conteúdo tecnológico local de suas exportações, absorver tecnologia e desenvolvendo marcas próprias, para concentrar na etapa final de produção, assim como os países desenvolvidos, mas esta tem uma vantagem, a mão-de-obra barata. Nonnenberg (2008; p. 16) verifica que:

Esses dois exemplos mostram que a indústria chinesa está, cada vez mais, agregando valor domesticamente aos insumos importados, produzindo internamente parcelas crescentes dos componentes utilizados em produtos de alto conteúdo tecnológico, o que denota ganhos de competitividade na produção desses insumos. Mais uma evidência nesse sentido está relacionada com os padrões regionais de comércio da China. As suas importações, cada vez mais, são provenientes dos países em desenvolvimento, em especial dos seus vizinhos asiáticos.

### **3.2 A IMPORTÂNCIA DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEEs) E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA**

Como já foi dissertado anteriormente, a economia chinesa desde a metade do Século XX vem surpreendendo o comércio internacional com níveis de crescimento acima da média, devido ao processo de industrialização diferenciado que buscara diminuir a exportação de *commodities*. É viável explicar que as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) são importantes para entender esse processo de crescimento, que atraiu atividades industriais, tecnologia e investimentos externo direto.

O crescimento da economia chinesa começou por intermédio das zonas econômicas especiais (ZEEs), estas são concedidas diversas isenções fiscais situadas na

Ásia. As primeiras ZEEs na região, em especial do Japão, permitiram que houvesse o deslocamento daquela produção industrial para a economia chinesa, nesse contexto ocorreu também a migração da produção advinda Hong Kong de produtos superiores tecnologicamente.

Nesse sentido, se observou que as zonas econômicas especiais (ZEEs), facilitavam a vinda de empresas internacionais e capital estrangeiro, que poderia fortalecer as exportações, e obter bons resultados para a economia chinesa. Como forma de expansão desse processo, notou-se a criação de outras 14 zonas econômicas especiais (ZEEs) na China, e os investimentos estrangeiros expandiram-se significativamente, desde o final da década de 1980. Além dos benefícios para o gigante asiático, outros países da Ásia também receberam essas vantagens de entrada de capital inserção externa realizada pela economia chinesa, em decorrência da complementariedade produtiva vista entre o gigante asiático e as demais economias do continente (NONNENBERG 2008; p. 19).

Já as empresas multinacionais (EMNs) situavam-se especialmente nas zonas econômicas especiais (ZEEs), em decorrência dos incentivos fiscais, haviam localidade privilegiada, pois estavam instalados ao lado de laboratórios de tecnologia de ponta, infraestrutura de energia e transporte. Como consequência dessa vantagem local, o processo facilitou o surgimento de diversas tecnologias, transformando-se em um sistema local de inovação.

Cabe ainda entender que esse agrupamento de indústrias teve papel relevante no crescimento tecnológico chinês, apesar do esforço doméstico de gerar tecnologia ter sido relativamente baixo. Os investimentos estrangeiros não se limitam às ZEEs e EMNs, à curto prazo, a taxa de câmbio desvalorizada aglutinada à mão-de-obra barata propiciam investimentos na economia, especializando às exportações. Outra forma de explicar o crescimento chinês é a observância de economias de escala nas indústrias, que impactam fortemente os custos de produção.

Além disso, as políticas macroeconômicas na China são vistas como estáveis, e assim atraem investimentos externos. Esse fato é consequência do governo chinês que manteve políticas que motivassem o crescimento, e controlaram a inflação. Em ambos os momentos desde 1985 em diante, o governo adotou medidas para desaceleração moderada do crescimento industrial e também os investimentos, para que as pressões

inflacionárias fossem reduzidas. Ao observar a política econômica da China, em nenhum momento o déficit fiscal ultrapassou 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

É interessante ainda ressaltar ainda que as altas taxas de poupança da economia chinesa viabilizam a realização de investimentos em urbanização e setores, sem pressionar a poupança externa. A China tem apresentado taxas acima de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) recentemente. A alta taxa de poupança possui esse comportamento em consequência de uma elevada poupança doméstica. A poupança doméstica é elevada pela razão de que as famílias necessitam financiar a aposentadoria, pois o Estado não arca com as despesas de saúde e educação. Já no âmbito empresarial, as empresas não tem o costume de distribuir dividendos, o que aumenta o volume de capital para investimento. Cabe entender que devido a diminuição de gastos públicos com saúde e educação, o Estado se permite realizar grandes investimentos. Estes são mais fatores que favorecem a economia chinesa.

Consequentemente, se obtêm um baixo custo do capital, que possibilita muitos investimentos, boa parte voltados à construção civil, pois a urbanização se tornou acelerada desde a globalização. O ritmo da economia chinesa demonstra seu papel único no sistema internacional, pois movimenta a importação de produtos das economias desenvolvidas, como Estados Unidos e subdesenvolvidas, por exemplo, a América Latina, em especial o Brasil.

### 3.3 RELAÇÕES COMERCIAIS DA CHINA E AMÉRICA LATINA

Assim como a economia latino-americana auxilia economicamente a China, este último está cada vez mais visto como um dos principais parceiros comerciais para a América Latina, em especial, o Brasil.

A China e o seu mercado consumidor de matérias primas vem absorvendo produtos da região, e é vista como uma importante parceria comercial. Também é vista como uma alternativa para barganhar economicamente com os Estados Unidos, ou representar uma saída de fluxos de exportação dos países latino-americanos, que havia como dominante das importações, o gigante americano. Os impactos da entrada da China na economia latino-americana variam de país a país e também divergem de setor a setor.

Além disso, segundo Rolo (2013) essa relação da economia chinesa com a América Latina precisa ocorrer de maneira cautelosa, pois há divergências sobre a

atuação da China no continente. Alguns autores avaliam como oportunidade, contudo outros acreditam que essa relação se trata de forma desigual e que prejudica a região. Cabe frisar que há um padrão assimétrico, já que os países da América Latina dependem muito mais da China, ao verificar as exportações, as economias exportam mais para a China, do que esta importa para a América Latina.

Ao se analisar o caso da economia brasileira que busca desenvolver-se industrialmente, as perdas podem ser vistas como um retrocesso, pois a China incentiva a produção de *commodities*, em detrimento do setor que buscamos desenvolver, isso é, o setor industrial. Com o aumento da atuação Chinesa na América Latina, o Brasil perde a oportunidade de inserir seus produtos manufaturados na área vista como estratégica.

Cabe salientar que há uma crítica sobre a especialização em matérias primas em geral. Este traz malefícios, pois desestimula a industrialização, e a diversificação da pauta de exportação. Cabe ressaltar que há o problema dos produtos primários serem instáveis, devido às variações climáticas.



Fonte: Larissa Marques Rolo (2013)

### **Gráfico 2 – Exportações, Importações e Saldo Comercial da América Latina (todos os Países) com a economia chinesa de 1990 à 2008 (em milhões de dólares)**

Ao analisar o gráfico se pode observar que a partir de 2002 se tem o aumento das relações, que pode estar correlacionado ao aumento dos preços das commodities e o crescimento da China.

A relação da América Latina com a economia chinesa é orientada por fatores econômicos, mas não há impedimento de que no campo político, ocorram interesses de apoio em instituições, este fato marca o pragmatismo com a região.

Segundo Rolo apud Holland; Barbi (2013) as relações da economia chinesa e a América Latina ocorrem como importadora de recursos naturais; exportadora de produtos de cunho industrial para a região; fornecedora de empréstimos e por último, como parceira em *joint-ventures* para a produção de empresas locais situadas na região. Verifica-se no gráfico o aumento do consumo chinês

Com a crise de 2008 viu-se que apesar do sistema internacional estar passando por turbulências, as relações entre as economias continuaram convergentes. Para Rolo (2013) esse fato demonstra a ideia de que a China quer aproveitar a “falha” dos Estados Unidos na região para explorar os mercados.

Na América Latina os investimentos chineses ainda são vistos como pequenos, em comparação a Europa e Estados Unidos, mas merecem destaque devido ao crescimento. Compreende-se ainda que a atuação da China aumentou os investimentos, e estes se tornaram estratégicos para as economias latino-americanas, principalmente no setor de infraestrutura, commodities minerais e transporte de matérias-primas.

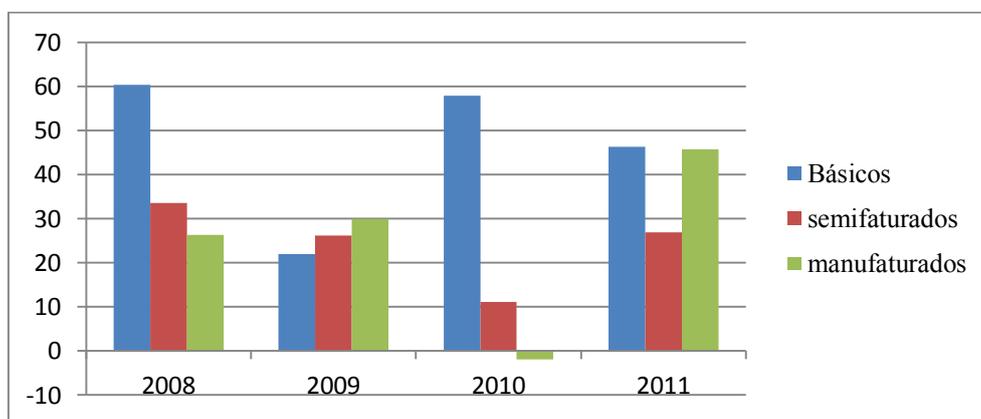
### 3. 4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL E CHINA

Diante das mudanças do cenário internacional, a China tem demonstrado um papel importante nas relações brasileiras. Segundo Costa (2015) as relações de comércio sino-brasileiras aumentaram cinco vezes de 1995 a 2005, em comparação ao restante do mundo. Verifica-se também partir da década de 1990 a intensificação das relações entre ambas as economias, não somente no viés político e diplomático, que pode ser observado em 1973 nos acordos firmados entre a República Popular da China e o Brasil, mas também referente ao setor econômico. Segundo Costa apud Pires; Paulino (2015) o Brasil inaugura a aproximação com a China em 1961, quando o vice-presidente João Goulart viaja para a economia chinesa.

O processo de aproximação entre as economias esteve marcado por idas e vindas diplomáticas, devido à posicionamentos políticos referentes ao contexto da Guerra Fria. Após acordos diplomáticos firmados e o esfriamento da Guerra Fria, viu-se que ainda dentre os anos de 1974-2002 que as relações não eram vistas como parcerias estratégicas, devido às condições internas e externas encontradas pela economia brasileira naquele período, mas a iniciativa de relacionar-se com a China poderia ser um ponto em potencial para o comércio brasileiro.

Então dentro desse contexto, e na tentativa nacionalista de desenvolver economicamente o Brasil, a China demonstrou a oportunidade perfeita para que as relações comerciais fossem intensificadas e assim, atingir o desenvolvimento econômico. Com o advento dessa convergência entre as economias, Costa (2015; p. 11) explana que diversos setores poderiam se beneficiar desse processo, estes “vão desde o setor agrícola até o setor de manufaturas, da cooperação tecnológica a serviços de engenharia, de áreas estratégicas como a siderurgia e hidrocarbonetos a patentes de produtos farmacêuticos, entre diversos outros setores”. Além disso, cabe ressaltar que existe uma pauta para a exportação destinada à economia chinesa baseada em extratos minerais, entende-se que esta está concentrada em laminados planos e semi-faturados de ferro e aço, e a compra brasileira de materiais chineses, consiste em produtos metalúrgicos acabados.

Outros setores também são vistos como estratégicos para as trocas comerciais, como o segmento de óleos vegetais, novamente destaca-se a soja, responsável em média, por cerca de 50% dos embarques brasileiros. Cabe ainda ressaltar o bom desempenho do embarque de peças e outros veículos, o setor de papel, celulose e gráfica. Abaixo se observa os valores em porcentagem da exportação de produtos brasileiros para a China:



Fonte: Elaboração própria. Dados do MDIC/Aliceweb

**Gráfico 3 – Valores em porcentagem (%) da exportação de produtos brasileiros para a China (2008-2011)**

Em porcentagem, no ano de 2008 os produtos básicos foram 60,34% das exportações brasileiras, já 2009 teve um declínio para 21,93%. Em 2010 este atingiu 57,91%, e no ano de 2011 46,23%. Já os produtos manufaturados, em 2008 eram faziam parte de 26,29% das exportações, em 2009 29,88%. Observa-se que 2010 os manufaturados tiveram um déficit, contudo em 2011 obteve um aumento para 45,67%.

Ao se analisar o gráfico entende-se então que a pauta exportadora de manufaturados brasileiros para a China em relação à exportação de produtos básicos é menor. Cabe ainda salientar que as matérias primas de baixo valor agregado são responsáveis por 60% das vendas para a economia chinesa.

Apesar da gama de produtos exportados para a economia chinesa, muitos autores criticam que a pauta da exportação é muito concentrada, e que este fenômeno não é um fenômeno recente. Em termos de pauta importadora proveniente da China, observa-se que vem ocorrendo um aumento no grau de penetração destas mercadorias na pauta de importações nacionais. Os ramos mais ativos são Siderurgia, Couro e Peles, Têxteis, Equipamentos Eletrônicos e Equipamentos Químicos.

Verifica-se ainda que a concentração da pauta exportadora é mais concentrada do que a pauta importadora de produtos do gigante asiático. O que é uma crítica a esse sistema também, pois causa dependência comercial da economia brasileira. Machado e Ferraz (2005) afirmam que assim como as exportações, as importações da economia chinesa também aumentaram. Passaram de US\$ 305 milhões para US\$ 1,2 bilhão de 1993 a 1997. Já as importações provenientes da economia brasileira com destino à China aumentaram de US\$ 779 milhões, para US\$ 1 bilhão.

Esse movimento permitiu que entre 2000 e 2003, as exportações brasileiras para a China evoluíssem de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 4,5 bilhões, o equivalente a um incremento de 317,8%, enquanto as importações provenientes da China passaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 2,1 bilhões, o que representa uma expansão de 75,8% no período. Como resultado, não apenas a corrente de comércio entre os dois países apresentou um aumento expressivo — passou de US\$ 2,3 bilhões em 2000 para US\$ 6,7 bilhões em 2003, com um incremento de 189,6% —, como o Brasil conseguiu obter no biênio 2002-2003, os maiores superávits comerciais de sua história com a China, de US\$ 966 milhões e US\$ 2,4 bilhões, respectivamente, o que equivale a cerca de 10% do saldo total obtido pelo país nesse período (MACHADO, FERRAZ, 1999; p. 19).

Compreende-se na história das relações econômicas brasileiras com o continente asiático, que estas faziam referência basicamente ao Japão, mas com a emergência da China como principal país em desenvolvimento do Oriente, as relações se tornaram mais evidentes, embora a China e o Brasil possuíssem diferenças culturais, as similaridades economias são observadas.

O Brasil é a economia latino-americana que mais realiza comércio com a China e também recebe muitos investimentos do gigante asiático. Apesar de a parceria estratégica ser importante para a economia brasileira, esta possui muitos efeitos diferentes, como: a dependência comercial em relação à China, esta ocorre em relação

ao Brasil realizar políticas econômicas em detrimento das decisões tomadas em Pequim, e tornar-se vulnerável a mudanças realizadas pelo gigante asiático. Se tem a deterioração da industrialização, a pauta exportadora foca-se em produtos básicos ao invés de semi-faturados e manufaturados, afastando a economia brasileira de realizar políticas industriais e tornar-se menos suscetível à dependência comercial.

Já a especialização em *commodities*, pode diminuir a capacidade de estimular as inovações tecnológicas, isto é, especializar a economia em bens primários em detrimento de desenvolver as indústrias de manufaturas, e assim tornar-se menos competitivo internacionalmente. Além disso, com o enfoque em produção e exportação de *commodities*, o Brasil torna-se menos inserido na pauta de manufaturados e semi-faturados, cedendo espaço de comércio na América Latina para países em desenvolvimento que produzem produtos de médio e melhor valor agregado, em especial, a China. Nesse último caso, podemos notar a perda de mercado internacional brasileiro, em detrimento da inserção asiática.

#### **4. O MERCADO CHINÊS**

Os primeiros dez anos do século XXI foram marcados pela ascensão das economias vistas como emergentes, em especial a China, sob a característica de um novo polo de poder político e também econômico. Para a ascensão desta economia, além de favores internos relacionados, cabe salientar fatores importantes no sistema internacional. Observa-se a emergência de um sistema uni-multipolar no qual não somente o gigante norte-americano é visto neste sistema, mas também novas economias surgem como aliadas deste gigante, ou concorrentes.

Em 2000 e 2001 com o ataque terrorista aos Estados Unidos, e a retração do mercado de ações norte-americano, é visto que a entrada no novo século não possuía clareza sobre a retomada de dinamismo estadunidense, que explicitou em um quadro excelente (de 2003 a 2008) para o crescimento elevado das economias. Nesse período, o sistema internacional, inclusive a América Latina, e em especial a Ásia, experimentaram um processo de expansão que melhorou o âmbito interno destas (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS - BRASIL, 2011).

Com o endividamento dos Estados Unidos devido a altos gastos em consumo e investimento, este gerou déficit em conta corrente que dificultou o dinamismo internacional. Já em relação à expansão de novas economias asiáticas, especialmente a China, esta ao utilizar-se de políticas expansionistas e ajustes fiscais, vantagens comparativas e investimentos diretos internacionais, pode realizar a tentativa de obter seu crescimento econômico. Além disso, para ampliar ainda mais sua expansão, o gigante asiático aumentou sua participação na economia global ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, que de fato favoreceu e intensificou sua entrada no comércio internacional, segundo Rolo (2013).

Ao relembrar a história é mais do que necessário frisar que a economia chinesa antigamente não possuía esse dinamismo. Em 1979 o país obtinha bases quase que totalmente agrária e atrasada no quesito tecnológico; havia pouco desenvolvimento no comércio exterior e também no setor de serviços. Contudo, no século XXI a economia chinesa é vista como a “fábrica do mundo”, que apresenta tecnologia de ponta e dinamismo no comércio exterior, além da melhoria no setor de serviços (Villela; 2004).

Observa-se que em 2001 a exportação chinesa de manufaturados intensivos em mão-de-obra teve uma diminuição de 40%, ao passo de que os bens associados de alto valor tecnológico elevaram-se em 30%. Salienta-se ainda que desde a crise asiática em 1997 a 2001, o crescimento médio da economia chinesa foi de 6,3% (Lyrio 2010; p. 37).

As reformas internas na China, implantadas por Deng Xiaoping e pautadas em desenvolvimento industrial, demonstraram resultados impressionantes. A tabela abaixo demonstra a inversão da estrutura, de exportadora de produtos primários e agrários, para produtos manufaturados.

<i>Exportações</i>	1985	1990	1995	1997	2000
Produtos Primários	50,6	25,6	14,4	13,1	10,2
Produtos Manufaturados	49,4	74,4	85,6	86,9	89,8

Fonte: Eduardo Villela (2004)

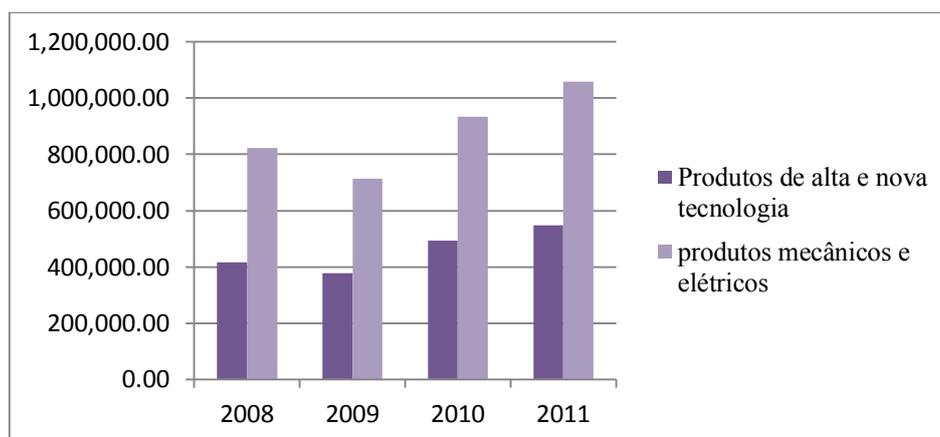
### **Quadro 2 - Estrutura das Exportações da China (%)**

Verifica-se que houve uma inversão da exportação chinesa, os produtos primários passaram a diminuir sua porcentagem. Em 1985 os produtos primários

representavam 50,6% da exportação chinesa, adiante em 2000 observa-se estes como participantes de 10,2%. Inversamente, se verifica o aumento das exportações de produtos manufaturados, em 1985 a porcentagem é vista em 49,4% e 2000 a exportação quase se duplicou, aumentando para 89,8%. Este aumento esteve relacionado ao projeto de inserção internacional chinesa, em focar-se na exportação de produtos finais da produção.

#### 4.1 A CHINA NO CONTEXTO DA CRISE DE 2008

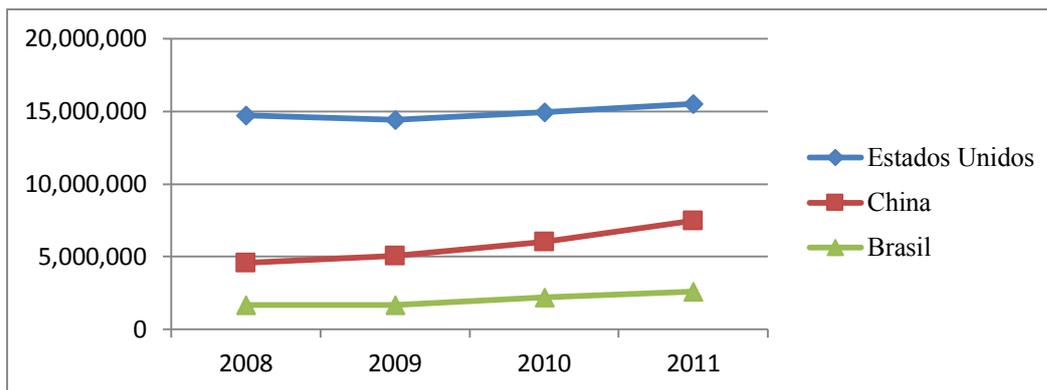
Com a crise financeira que se iniciou em 2007 e potencializou-se em 2008, se compreende os excessos da liberalização financeira, e a diminuição do dinamismo das potências na América do Norte e Europa. Como consequência da expansão da crise, se acreditava que esta afetaria de forma expressiva o mundo em desenvolvimento, contudo, de forma surpreendente, regiões expressivas em desenvolvimento tiveram menos consequências da crise internacional. (Acioly, 2011).



Fonte: Elaboração própria. Dados do Conselho Empresarial Brasil-China

#### **Gráfico 4 – Pauta de importação da China para o mundo 2008-2011 (US\$ milhões)**

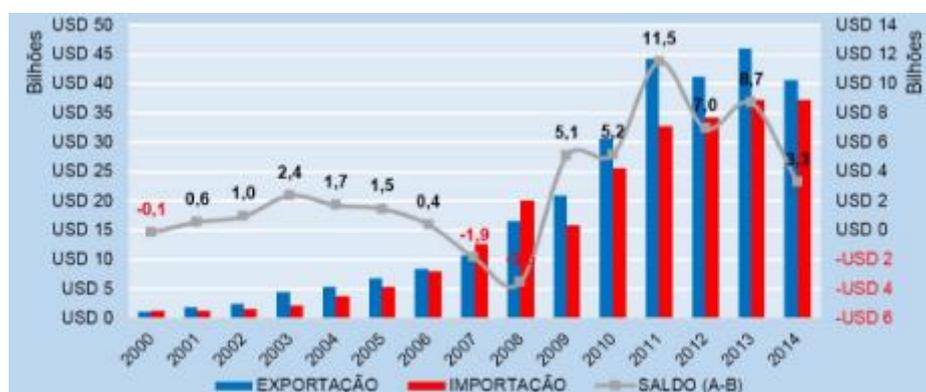
O gráfico demonstra que apenas em 2009 ocorreu uma recessão do crescimento da exportação dos principais produtos chineses para outros países. Ao analisarmos o Produto Interno Bruto (PIB) da China, pode-se entender que desde a entrada na China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, este tem se visto elevado até então 2008. Contudo em 2009 devido a crise internacional, o Produto Interno Bruto (PIB) viu-se em declínio, mas recuperou-se rapidamente em 2010. Já ao realizar a análise do PIB dos Estados Unidos, podemos observar uma pequena queda do PIB em 2009 também, mas uma recuperação mais lenta.



Fonte: Elaboração própria. Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

### Gráfico 5 – Análise do PIB da China, Estados Unidos e Brasil em valores correntes UFOB US\$ Milhões (2008-2011)

Observa-se que em 2008 o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos declinou de US\$ 14.718.582 milhões para US\$ 14.418.739 em 2009, sua recuperação em 2010 foi lenta, com o PIB em US\$ 14.964.372. Já a China em 2008, verifica-se em US\$ 4.558.431,07, no ano de 2009 teve um aumento de US\$ 5.059.419, e em 2010 observa-se e US\$ 6.039.658,5 milhões.



Fonte: Solow; Mota (2015)

### Gráfico 6 – Balança comercial Brasil-China US\$ (bilhões)

Desde o final de 2007 observa-se uma recessão de USD -1,9 bilhões do saldo comercial entre a exportação e a importação destes países. Já em 2008 observa-se essa recessão em USD 3,8 bilhões. Como se pode observar a exportação brasileira é vista como sensível à impactos na atividade econômica.

Com a crise, a economia chinesa não deixou de exportar e sofisticar suas exportações. Para desvencilhar-se da crise, o Comitê Central da República Popular Da China adotou um pacote de estímulo denominado de “dez projetos para expandir a demanda interna”, que tinha como objetivo promover políticas fiscais e monetárias de cunho expansionistas para que o crescimento econômico fosse mantido de forma interna, devido ao declínio da demanda de bens. Desde 2005 para Mosaner (2015) a China já tinha a pretensão de realizar um “pouso suave”, ou *soft landing*, na tentativa de reduzir o crescimento da economia. Cabe ainda compreender que com a crise, a China utilizou a oportunidade desta de realizar ajustes macroeconômicos. Mosaner et al (2015; p. 10) explicita que:

A crise econômica internacional atingiu a China em meio a um momento de desaceleração planejada por Pequim há anos, com vistas a promover o “pouso suave” (*soft landing*) da economia, reduzindo o risco de choques advindos de uma desaceleração abrupta do crescimento.

Com o advento da crise de 2008 o governo buscou alternativas para o modelo essencialmente exportador. O pacote de estímulos tinha como intuito investir em obras de infraestrutura, ciência e tecnologia, e serviços públicos. Além disso, estimular o aumento dos salários, para que estes pudessem consumir o que antes era exportado. Mosaner (2005; p. 11) disserta que:

O pacote de 4 trilhões de yuans (USD 586 bi em dólares de 2008, o equivalente a um terço do montante de capital fixo da economia chinesa em 2007), é anunciado com previsão de ser gasto nos dois anos subsequentes, para financiar programas em dez grandes áreas, como habitação popular, infraestrutura rural, acesso à água, energia elétrica, transporte, meio-ambiente, inovação tecnológica e reconstrução das áreas devastadas por desastres, em especial os danos causados pelo terremoto de 12 de Maio de 2008.

Vistas as dificuldades impostas pela dinâmica econômica internacional, nota-se que há uma queda no nível de investimento, devido à decisões de produção baseadas em expectativas futuras, e então o investimento realizado pelo empresário se torna difícil no futuro, esses fatores podem ocasionar o declínio.

Com o cenário internacional notado como não favorável, o Estado se torna o principal fiador das políticas de cunho econômicas monetária, fiscal e também cambial. A ação estatal deve fomentar investimentos em infraestrutura, delinear políticas industriais, e preparar empresas e o setor financeiro a apoiar o setor industrial, para que haja investimento. Sem investimento não há renda e emprego, logo esse ciclo é vicioso.

Sem emprego não há renda, e sem renda não há demanda por bens de consumo e produção. No setor de incentivo à infraestrutura, o enfoque era em transporte. Este teve um papel instrumental. Mosaner (2015; p. 15) afirma ainda que:

Assim, a política anticíclica adotada pela China utilizou-se da interação dinâmica entre o conjunto de políticas fiscais e monetárias para atingir seus objetivos estratégicos. O forte investimento público em infraestrutura e habitação (áreas com alto fator multiplicador de investimento e consumo), o estímulo e facilitação de acesso ao crédito e uma taxa de juros baixa o bastante para incentivar o não entesouramento, produziram não apenas um retorno aos níveis de crescimento econômico pré-crise, como o investimento direcionado em infraestrutura de transportes internos, ferrovias de alta velocidade, construção de aeroportos, entre outros, contribui com o objetivo de interiorização do consumo e deslocamento do eixo dinâmico da economia para o interior do país.

Como foi explicitado anteriormente, a China aproveitou a oportunidade da crise internacional para aplicar um projeto macroeconômico, que buscava delinear o desenvolvimento econômico chinês não somente mediante a dependência da pauta exportadora mas também a economia chinesa buscou fomentar o desenvolvimento interno, por meio de iniciativas que promovessem os setores como infraestrutura, e ciência e tecnologia.

Compreende-se que o crescimento ocorreu de forma menos acelerada devido à crise, contudo este foi realizado. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Desenvolvimento (2011) explicita que a liderança do gigante asiático, a grandiosidade do mercado interno com grandes populações e o aumento do preço das commodities, garantiu que houvesse divergência no período pós-crise. Assim como afetou as economias que estão diretamente ligadas à exportação de produtos referentes ao pacote de estímulos, em especial, o Brasil, que exporta minério de ferro, utilizado para a construção.

#### 4. 2 CONVERGÊNCIA ENTRE O BRASIL E A CHINA E CRÍTICAS RELACIONADAS À ESSA RELAÇÃO

O impacto mundial da ascensão chinesa ainda é analisado por diferentes especialistas, contudo a evolução da política e economia internacional se observa o crescimento chinês como crítico na definição do sistema internacional, desde curto à médio e longo prazo no Século XXI. Segundo Rolo apud Pires (2013) o progresso da China no quesito econômico e industrial é muito parecido com outros Estados asiáticos.

Além disso, a infraestrutura é muito importante para que haja o desenvolvimento da indústria, que abrange transporte, rodovias, ferrovias e aeroportos.

Ao analisar o Continente Asiático e suas diversidades, parece ser difícil encontrar pontos em comum entre este e os países da América Latina, especialmente o Brasil. Cabe ressaltar ainda que fatores como a cultura e a longitude de ambos servem para diferenciar a sociedade. Mas ao analisarmos as economias mais adentro, se pode compreender que como líderes em seus continentes, e países em desenvolvimento, estes são mais parecidos do que divergentes.

Economicamente, assim como o Brasil, a economia chinesa é um país em desenvolvimento que possui problema de inflação e corrupção, além disso, ambos os países em sua história econômica possuem bases agrárias. Como se pode observar, o Brasil possui um estágio de sofisticação maior do que a economia chinesa, pelo fato de que somente em 1978 as reformas econômicas começaram a atuar no gigante asiático. Contudo, apesar dessa vantagem, a China no cenário internacional é vista como mais inserida pelo fato de estabelecer metas para atingir os objetivos propostos por Deng Xiaoping. A China poderia ser um modelo a ser seguido, contudo é difícil copiá-lo, pois o Brasil ainda não conseguiu estabelecer qual o tipo de inserção internacional a economia brasileira pretende seguir.

Verifica-se que as exportações da América Latina para o gigante asiático possuem o enfoque em commodities ao invés de produtos de média e alta tecnologia, como máquinas e produtos eletrônicos, que podem causar prejuízo à longo prazo para o projeto de industrialização das economias. Esse modelo de exportação agrícola abrange diversas economias da América Latina, em especial, a brasileira. Acredita-se que as relações com a China incentivam o caráter produtor de commodities (Rolo; 2013).

A relação entre América do Sul e China caracteriza-se pela importação chinesa de produtos primários e recursos naturais, e exportação de produtos manufaturados de valor agregado cada vez mais alto. Esta relação, embora resulte no aumento das receitas no curto prazo, precisa ser vista com cautela, pois pode ser bastante prejudicial em médio e longo prazo. *Ibidem* (2013; p.53)

Compreende-se que devido à globalização vista no comércio mundial, esta evidenciou o grau de interdependência global da produção dentre as economias (Costa; 2015). Observa-se que no ano de 2003, o comércio sino-brasileiro ultrapassou US\$ 6 bilhões, a China tornou-se o terceiro maior comprador dos produtos brasileiros. Villela

(2004) afirma ainda que Fernanda Ramone, pesquisadora da Câmara de Indústria e Comércio Brasil-China, disserta que o Brasil estava localizado em vigésimo parceiro chinês em 2001.

Ano	2008	2009	2010	2011
<b>Posição no Ranking</b>	17°	15°	11°	10°
<b>Corrente de Comércio (US\$ Milhões)</b>	36,56	36,91	56,38	77,10

Fonte: Elaboração própria. Dados do Conselho Empresarial Brasil-China

### **Quadro 3 – Posição Brasileira como Parceira Comercial da China (2008-2011)**

Desde 2001 as relações sino-brasileiras têm sido vistas como convergentes, ao se analisar a tabela acima, se nota que o Brasil tem se tornado um parceiro estratégico para a economia chinesa. Nesse sentido, a ascensão chinesa afetou as estruturas produtivas de importação e exportação em todo o sistema internacional, inclusive latino-americano, pela sua elevada demanda importação de *commodities* agrícolas e de minérios que são produzidos na abundantemente na região latino-americana.

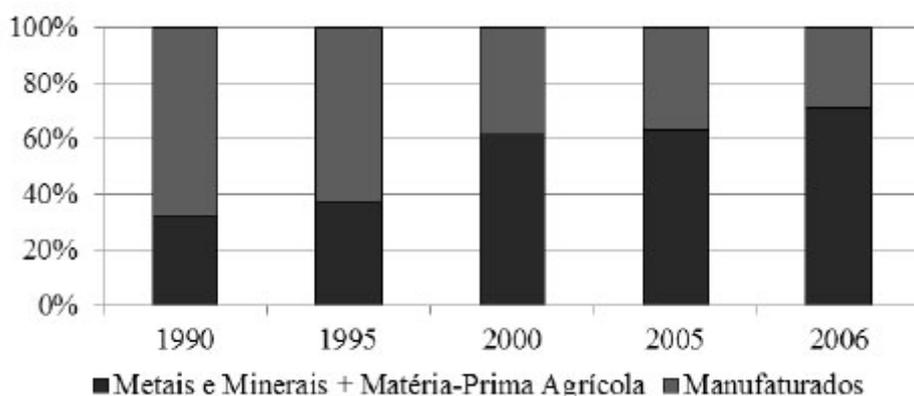
Compreende-se ainda que a composição da pauta de importação advindas da economia chinesa incluem produtos industrializados, em sua maioria de alto valor agregado, segundo Mortatti *et al* (2011). Ao analisarmos a balança comercial sino-brasileira, podemos notar que a importação de produtos chineses tem diminuído e a exportação de produtos brasileiros para a economia chinesa tem aumentado. Villela (2004) afirma que

Paul Liu, presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE) fala que “... Hoje, 75% das nossas exportações concentram-se em meia dúzia de produtos. De um total de US\$ 6 bilhões de comércio internacional, as nossas exportações somam um valor de US\$ 4,5 bilhões, representando as vendas de minério de ferro, ferro, soja, aço, automóveis e celular 75% do total das exportações”. (Villela; 2004, p. 6).

Cabe a ambos os países enfrentarem desafios semelhantes nessa nova estrutura econômica global, as barreiras impostas no quesito de exportações de seus produtos no comércio europeu e também norte-americano. Contudo, ao analisar o comércio bilateral sino-brasileiro, há de se compreender os riscos que a economia chinesa oferece ao Brasil, pois com a ascensão da China ocorreu um dinamismo econômico, um *boom* na

importação de commodities, devido o processo de urbanização da economia. Esse processo alavancou as exportações de produtos primários para a China.

O Brasil tinha como intuito aplicar o projeto nacional-desenvolvimentista, com o objetivo de desenvolver-se industrialmente e desvencilhar-se da exportação de produtos primários, e de baixo valor tecnológico. Mas para acompanhar o *boom* chinês e seu mercado internacional, observa-se que a pauta exportadora brasileira voltou a ser composta, por produtos de base agrícola. A intensificação das relações comerciais sino-brasileiras foram importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil, contudo com o *boom* chinês, a intensificação de exportações Brasil de alto valor agregado e o grau de elaboração de produtos não estão realizadas de maneira como desejada, e que pode ter como consequência a interdependência da economia brasileira no setor de exportação dos produtos primários, além de poder aumentar a desigualdade na divisão internacional do trabalho.



Fonte: Caio Mortatti et al. (2011).

**Gráfico 7 – Categorias exportadas pelo Brasil para a China, período selecionado (valores em % sobre valor)**

De 1990 a 2006 a pauta exportadora brasileira obteve uma inversão de exportações, assim como ocorreu com a China. Contudo, ao invés de exportar produtos industrializados, isto é manufaturados, o Brasil focou-se em produtos primários como metais e minerais, além de matéria prima agrícola. Vê-se que em 1990 os produtos primários faziam parte, em torno de 30% da exportação, já em 2006 estes eram vistos em 70%. No âmbito geral, a economia teve um bom desempenho, mas este não foi suficiente para preservar a estrutura produtiva de cunho diversa, competitiva, complexa

e densa (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos apud. Bresser-Pereira; 2011).

Enquanto os setores produtores de bens intensivos em recursos naturais mostram sinais claros de crescimento e elevada competitividade internacional, a indústria manufatureira apresenta resultados contraditórios. (...) Do ponto de vista do comércio internacional, o Ministério da Fazenda (2011) reporta que, ao final de 2010, 64,4% das mercadorias exportadas poderiam ser classificadas como commodities. Em 1994, tal proporção era cerca de 50%. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS; 2011 p. 5).

Segundo Rolo (2013) devido a demanda excessiva de produtos de base primária, diversas economias da América Latina, em especial o Brasil, ficam sujeitos aos problemas de basear seu projeto de desenvolvimento em produtos de baixo valor agregado, e esta gera uma série de problemas. Um dos problemas que Rolo apud Bresser Pereira (2013) apontam é a “Doença Holandesa”. Este termo explicita o fato de que quando há o aumento das exportações de produtos vistos como naturais, estes têm uma apreciação da taxa de câmbio, que aumenta o preço dos produtos, e desestimula o setor da indústria, e suas exportações. (Bresser-Pereira, 2010).

Está ocorrendo uma inversão na ordem de importância da pauta exportadora. Historicamente, o Brasil sempre foi um exportador de *commodities*, tanto que até o final do Século XIX, o principal produto de exportação era o café. O ideal para a economia brasileira seria encontrar um equilíbrio, pois a história não mostra um país com proporções territoriais semelhantes às do Brasil que baseie sua economia na exportação de *commodities*. Muitos especialistas veem o Brasil padecendo da chamada “doença holandesa”, falha de mercado que já atingiu diversos países e que associa o processo de desindustrialização a uma forte apreciação de câmbio. (Freitas, 2012; p. 18).

Contudo é fato que o desenvolvimento não é apostado a produção de commodities e recursos naturais. Este fato depende da forma com que é feita sua administração, e como as exportações são regidas. Rolo (2013) aborda que na verdade, o que ocorre é a desestímulo ao desenvolvimento e crescimento de variedades produtivas, quando a receita provém da produção primária. Para o autor ainda, o desenvolvimento mediante a especialização de commodities é árduo.

#### 4.3 EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO PARA A CHINA

O ferro é um dos elementos que mais possuem na crosta terrestre, e é o que mais está presente na sociedade. Em torno de 99,0% do minério de ferro que é retirado está destinado a produção de aço e ferro fundido. Além de outras aplicações, como cimento

e ligas de ferro, utilizados para construir transportes, ferramentas, estrutura de casas e edifícios. (Pereira, 2012). Além disso, está presente em parafusos, automóveis, eletrodomésticos, chapas, sistemas que transmitem energia elétrica, e também na construção civil. Freitas (2012) explicita que as reservas mundiais de minério de ferro são em torno de 180 bilhões de toneladas, e desse total, em torno de 204, bilhões estão situados em território brasileiro. Hoje o minério de faz parte da vida das pessoas, e quase impossível desassociá-lo.

A Segunda Revolução Científico-Técnica trouxe um novo processo siderúrgico. Em geral as inovações tecnológicas e no setor de meios de transporte foram ampliados, e demandaram a utilização do aço. Lamoso (2015) aborda ainda que outras economias não-tradicionais demandaram pela produção de minério de ferro, como o Japão e a Alemanha, que após o esforço de guerra procuraram atingir a renovação tecnológica. Cabe ressaltar também que as duas grandes Guerras demandaram a importação deste para as economias participantes.

Para Freitas (2012) A produção da indústria de mineração e metais é vista como entrada de muitos países para a economia, como construção, que monta as fundações para desenvolvimento tecnológico, e também engenharia aeroespacial, visto como um setor de importância estratégica para os governos.

A demanda internacional por produtos minerais deverá se manter elevada por mais alguns anos, principalmente pela necessidade de melhoria de infraestrutura e de suprimento de bens materiais que atendam às necessidades das sociedades dos países emergentes (Brasil, Índia e China) especialmente (Freitas, 2012; p. 6).

O Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro, e este mercado mundial consumidor de minério tende a manter a dependência da exportação da matéria prima, tanto da economia australiana, quanto da exportação da economia brasileira. A partir de 2000, devido ao crescimento mundial, ocorreu uma maior demanda por minerais, que impulsionou a Produção Mineral Brasileira (PMB).

Para o Instituto Brasileiro de Mineração (2012) devido ao processo de urbanização e o fortalecimento das economias mundiais, a demanda deste produto de baixo valor agregado teve um aumento. Abaixo se analisa o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1980-2008, e o aumento do valor da produção mineral do Brasil desde a demanda excessiva pelo sistema internacional.

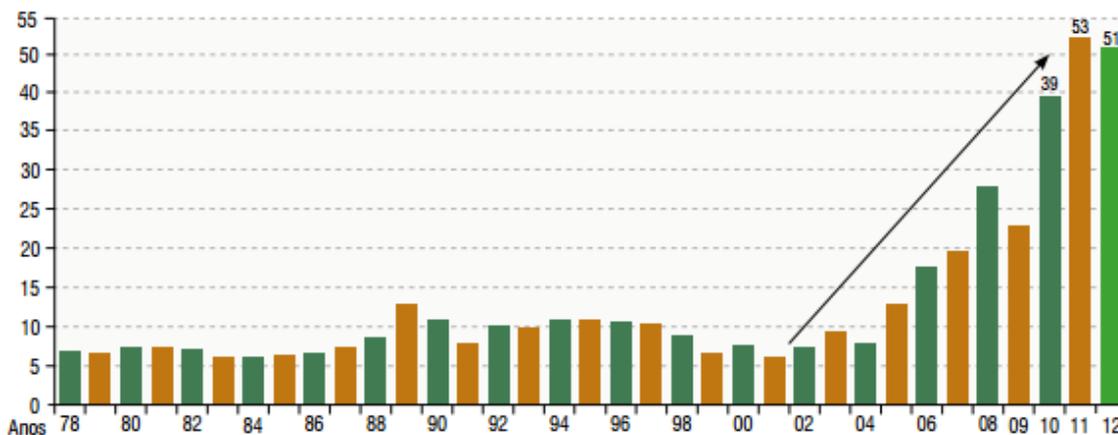
Ano	A Preços Correntes		
	Total	Avançados	Emergentes
1980	11.770	8.200	3.570
1985	12.888	9.469	3.419
1990	22.823	17.683	5.140
1995	29.621	24.226	5.395
2000	31.942	25.532	6.410
2005	45.090	34.443	10.647
2006	48.761	36.206	12.555
2007	54.841	39.542	15.299
2008	60.890	42.100	18.590
2008/ 80	6,0% a.a.	6,0% a.a.	6,1% a.a.
1990/ 80	6,8% a.a.	8,0% a.a.	3,7% a.a.
2008/ 90	5,6% a.a.	4,9% a.a.	7,4% a.a.
2008/ 00	8,4% a.a.	6,5% a.a.	14,2% a.a.

Fonte: Ministério de Minas e Energia.

#### Quadro 4 - PIB Mundial de Países em Desenvolvimento e Emergentes (A preços correntes)

Devido às taxas de crescimento do cenário internacional, e a onda otimista advinha das economias na década de 90, se verifica que o minério de ferro tem sido procurado para suprir as diversas demandas do setor de construção civil, infraestrutura, maquinário bélico, e maquinário agrícola.

Para Lamoso (2015) a produção de minério de ferro na primeira metade do século XX estava concentrada na URSS (21,3%), França (25,5%) e Estados Unidos (24,5%). Contudo com a evolução do cenário, a produção tornou-se menos concentrada e verifica-se o surgimento de novos países que fornecem este, em especial o Brasil. Cabe salientar ainda o esforço do Brasil como player no mercado internacional de minério de ferro, e a participação de empresas como a Vale do Rio Doce, pois o esforço para a produção de minério de ferro possui diversas etapas complexas (*Ibdem*, 2015)



Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração (2012).

## Gráfico 8 – Evolução da Produção Mineral Brasileira (Em bilhões de dólares)

Com o colapso do comunismo e a consolidação do capitalismo e a globalização, os fluxos de exportação de minério de ferro aumentaram devido aos “tempos prósperos” expansionistas das economias. Observa-se que muitas economias desvencilharam-se do regime comunista e abriram mercados para novos acordos e transações (Cervo; Bueno 1992). Verifica-se assim um otimismo e aumento da exportação de minério de ferro brasileiro, devido ao novo dinamismo econômico.

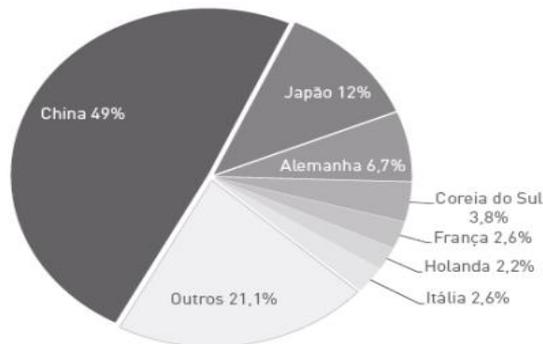
Assim como no cenário internacional há um aumento na demanda por matéria prima mineral, visualiza-se também o aumento da importação deste pela economia chinesa. Este aumento pela demanda de minério começou a ser intensificada logo no início do Governo Lula, quando em maio de 2004, o presidente foi à China.

A China é vista como a principal compradora de Minério de Ferro, em especial do Brasil, segundo Instituto Brasileiro de Mineração (2012). Em torno de 45% das exportações são destinados a este gigante asiático. Além disso, com a mudança dos projetos chineses em médio prazo, esta poderá haver influência em oferta e demanda de minério. Freitas (2012; p. 15) expõe o motivo do aumento de minério de ferro exportado, segundo ele:

O aumento da demanda chinesa por recursos naturais é catalisada por fatores como urbanização, industrialização e modernização. **Urbanização:** A previsão é que a China tenha mais de 350 milhões de domicílios com uma renda anual de USD 3.200,00 entre 2020 e 2025. Já na **industrialização:** há a necessidade de sustentar as exportações à demanda doméstica. Por fim, a **modernização:** expõe a necessidade de investimento considerável em telecomunicações, setores de energia e transporte (Freitas, 2012; p.15).

É esperado que até 2020 a economia chinesa importasse 400 milhões de toneladas/anual. Deste 400 milhões de toneladas, 30% seriam destinados à exportação de minério de ferro brasileiro. O cenário para a exportação de minério de ferro para a economia chinesa é otimista.

É importante ressaltar que a China é a maior consumidora do mundo de um grande número de recursos minerais, como níquel, cobre, alumínio, zinco, chumbo, carvão, estanho e minério de ferro. E apesar de muitos países terem vivido um declínio na demanda por *commodities*, a demanda chinesa continuou a crescer em 2009 (Freitas, 2012; p. 16).

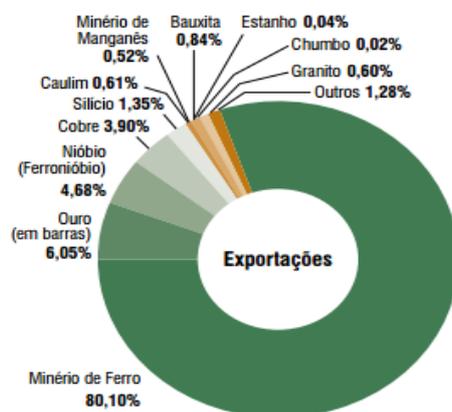


Fonte: Freitas (2012)

### Gráfico 9 – Principais países compradores de minério de ferro brasileiro em 2010

A China é uma das principais economias que compram o minério de ferro. Ao analisar o gráfico, cabe entender que 49% do minério destinado à exportação é transportado para a economia asiática.

Desde 2007 o setor vem crescendo de forma rápida, e adjunto à este crescimento, observa-se também maiores investimentos. O Brasil tem sido visto como destaque internacional na produção de diversos minerais, como manganês, minério de ferro, bauxita, nióbio, entre outros minérios. Cabe ressaltar também que a indústria mineral é vista como provedora de empregos. Para Freitas (2012) segundo o estudo da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, cada emprego que decorre da mineração, pelo menos mais 13 empregos indiretos são observados ao longo desta cadeia de produção. Podemos observar a seguir a balança comercial brasileira em exportações, e suas porcentagens para diferentes tipos minerais.

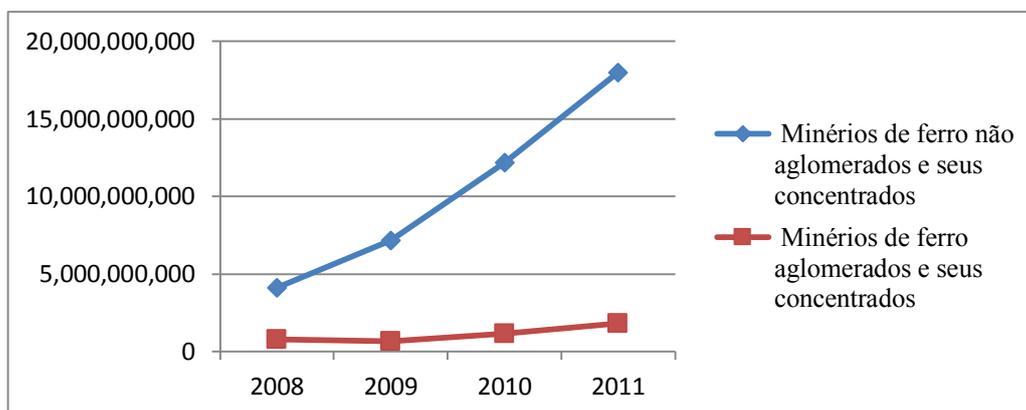


Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração (2012)

### Gráfico 10 - Balança comercial brasileira de exportações totais para o mundo (exportações para diferentes tipos de minerais)

Na pauta de exportação de *commodity* mineral se pode verificar que 80,10% do mineral exportado é o Minério de Ferro. Em segundo lugar, observa-se o Ouro dotado de 6,05% e nióbio com 4,68%. O minério de ferro pode ser transformado em aço, utilizado na fabricação de automóveis, eletrodomésticos e ligas metálicas para construção (Instituto Brasileiro de Mineração, 2012). Cabe lembrar ainda que há um esforço brasileiro em exportar a produção de minério de ferro e suas especialidades de produto, bem como inseri-los competitivamente no mercado internacional.

Com o advento da crise mundial ocorrida em 2008, a economia brasileira recebeu impacto principalmente em 2009, com a queda da exportação de commodities, em especial do minério de ferro aglomerado e seus concentrados, mas sua recuperação foi rápida, em 2010 o valor em US\$ deste minério quase havia duplicado. Cabe relembrar ainda que com a mudança macroeconômica da China mediante a crise e seu enfoque em infraestrutura, o impacto da crise de 2008 na economia brasileira foi amortecido, no quesito de exportação mineral. Segundo Freitas (2012) nem mesmo a crise que é vista nos países desenvolvidos foi capaz de impedir que houvesse a expansão da exportação de produtos primários.

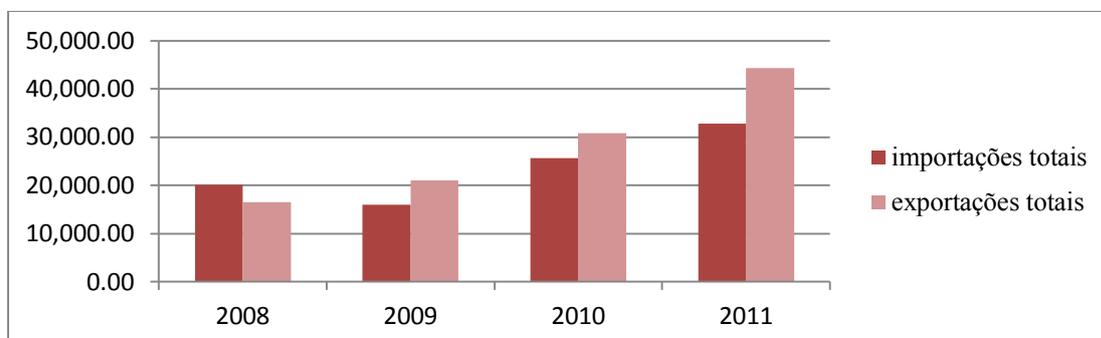


Fonte: Elaboração própria. Dados do Conselho Empresarial Brasil – China.

### Gráfico 5 – Análise do volume das exportações brasileiras para a China (US\$ bilhões de Dólares)

Nesse sentido, cabe analisar que em 2009 o minério de ferro aglomerado e seus concentrados tiveram um declínio, de US\$ 771.495.585 bilhões em 2008, caíram para US\$ 656.601.083 bilhões de dólares no ano de 2009. Sobretudo, em 2010 ocorreu a

recuperação rápida. Já o minério de ferro não aglomerado e seus concentrados, cuja participação na pauta exportadora é maior, observa-se que a curva de volume é crescente, mesmo em 2009.



Fonte: Elaboração própria. Dados com base no Conselho Empresarial Brasil-China.

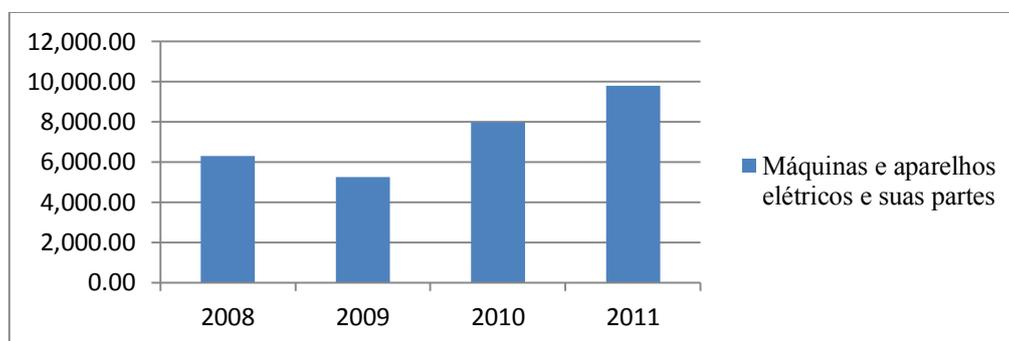
### **Gráfico 12 – Balança comercial Brasil-China de Importações e Exportações totais em milhões (2008-2011)**

O primeiro aspecto a ser notado é o aumento de intercâmbio comercial entre ambas as economias, tanto as exportações brasileiras para a China, quanto as importações chinesas para a economia brasileira. Compreende-se que no ano de 2008 observa-se um déficit de exportações brasileiras em detrimento das importações, a economia brasileira importou US\$ 20.044,26 milhões, e a economia chinesa exportou US\$ 16.522,65 milhões respectivamente. Ao analisar os outros anos, com o aumento das exportações, há um superávit em relação ao comércio brasileiro com a China.

Nas exportações do Brasil para a China verifica-se a predominância de produtos de baixo valor agregado, dentre estes, se pode notar produtos de matérias-primas vegetais e minerais, para Mortatti et al apud *International Trade Statistics* (2011). Já nas importações chinesas, observa-se produtos de semi-faturados e manufaturados, como produtos mecânicos e com alto valor tecnológico.

Dentre os principais produtos que compõem a pauta de importação de produtos chineses para a economia brasileira são máquinas e aparelhos elétricos e suas partes, máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes, instrumento e aparelhos de óptica e fotografia, brinquedos e calçados. Verifica-se a pauta de exportação brasileira para a economia chinesa a predominância de commodities minerais e seus concentrados, soja mesmo triturada, óleos brutos de petróleo, pastas químicas de madeira, exceto para

dissolução, carne bovina e congelada, e carne de aves (Conselho Empresarial Brasil-China, 2008-2011).

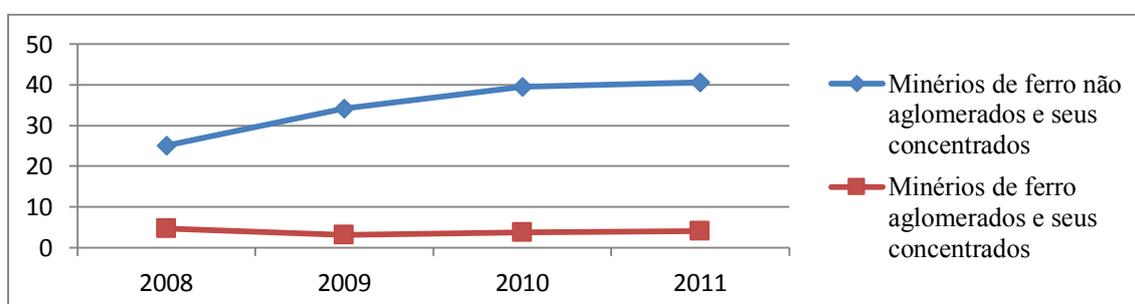


Fonte: Elaboração própria. Dados do Conselho Empresarial Brasil-China.

### Gráfico 13 - Pauta de Importação do Brasil com Relação à China (US\$ Milhões)

Verifica-se um aumento das importações brasileiras de produtos chineses, pautados como manufaturados. Em 2008, observa-se que foram importados US\$ 6.299,20 milhões, já em 2009 estes produtos tiveram uma queda para US\$ 5.269,21 milhões. Contudo, recuperaram-se em 2010, com US\$ 7.979,56. Já em 2011, observa-se a importação de US\$ 9.788,47 milhões. Verifica-se uma tendência de crescimento de produtos com pauta de maior valor agregado, que são importados pelo Brasil.

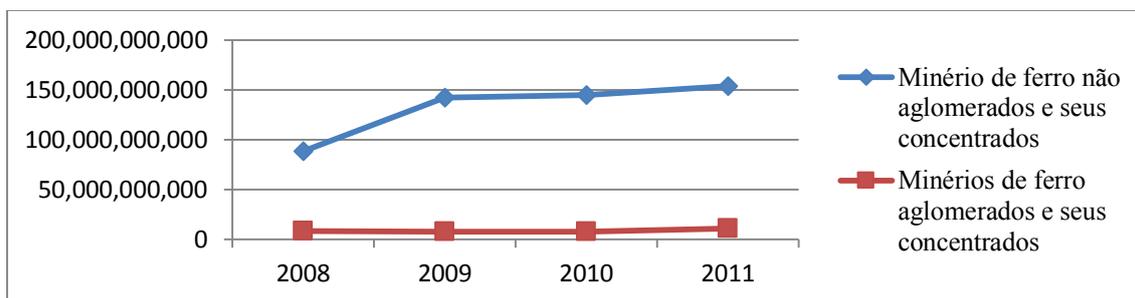
Já o produto que mais gera renda nas exportações brasileiras é o minério de ferro, este representa cerca de 90% da totalidade de bens minerais primários que são exportados, em especial para a China. Além disso, cabe ressaltar que o Brasil é o segundo maior exportador desta matéria prima do mundo, para a Conferência das Nações Unidas e o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, em primeiro lugar encontra-se a Austrália.



Fonte: Elaboração própria. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio – MDIC/Aliceweb.

### Gráfico 14 - Participação em Porcentagem das exportações brasileiras de minério de ferro para a China (2008-2011)

Nota-se no gráfico um aumento da participação em Porcentagem da exportação de minério de ferro não aglomerados e seus concentrados para a China. No ano de 2008 observa-se um salto de 25,08% para 34,12% em 2009. Já no ano de 2010, obteve um aumento para 39,56% e 2011, para 40,57%. Sobre o minério de ferro aglomerados e seus concentrados, ocorreu uma queda da participação em 2009. Observa-se a participação de 4,7% em 2008, e um declínio em 2009 para 3,13%. Contudo, ocorreu uma rápida recuperação em 2010, de 3,13% aumentou para 3,76%. No ano de 2011, seu aumento ultrapassou 2008, e encontrou-se em 4,11%.



Fonte: Elaboração própria. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio – MDIC/Aliceweb.

### **Gráfico 15 – Variação em peso (kg) de exportação de minério de ferro brasileiro para a China (2008-2011)**

Nesse gráfico se pode observar que a variação de peso em quilogramas do minério de ferro não aglomerados e seus concentrados aumentou de em torno de 88 bilhões exportados em 2008, para 154 bilhões vistos em 2009. Em 2010, esse crescimento foi tímido, somente de em torno de 4 bilhões. Já em 2010, a variação de exportação encontra-se com um aumento em torno de 4 bilhões. Sobre o minério de ferro aglomerado e seus concentrados, em 2008 compreende-se que foram exportados 88 bilhões de quilogramas para a China. Contudo, em 2009 ocorreu uma diminuição para em torno de 7 bilhões. Esse mercado se recuperou rapidamente em 2010, com 150 mil exportados a mais que 2009, e 2011 verifica-se na casa dos 10 bilhões exportados.

Com o aumento das importações brasileiras para a China observa-se um superávit da economia brasileira na balança comercial. Há mais produtos sendo exportados para a China do que importados do gigante asiático. Ao se analisar os gráficos acima, mesmo ocorrendo a importação de produtos para a China e a relativa diminuição em 2009 devido a reflexos da crise financeira, observa-se que a exportação brasileira de minério de ferro, e a balança comercial, ocorrem o superávit brasileiro. No

superávit se caracteriza a desvalorização da moeda nacional e assim as importações tornam-se mais baratas. Contudo, a quantidade de produtos de alto valor agregado importados da China vem aumentando também, que pode demonstrar uma suposta dependência comercial indireta brasileira em relação à China, devido a esse aumento qualitativo, e mesmo com o aumento das exportações minerais, essa dependência indireta pode ocorrer.

A dependência indireta em relação ao mercado chinês pode demonstrar a vulnerabilidade da inserção internacional do Brasil. Se a economia brasileira dependente do mercado externo chinês para seus produtos, em situações decorrentes de crise, a economia pode ser afetada de maneira sensível, em decorrência das mudanças que Pequim pode realizar. Além disso, a dependência pode gerar políticas econômicas baseadas nas decisões da China, que demonstra a dificuldade brasileira em realizar políticas econômicas que favoreçam a inserção internacional independente.

Outro fato que pode acarretar na dependência é o crescimento das exportações caracterizadas como naturais, como minério de ferro, soja e algodão. Estes vêm aumentando e deprecia a taxa de câmbio, que diminui o preço dos produtos e exporta mais. Assim o Brasil realiza especialização em commodities, em detrimento de aproveitar o *boom* de *commodities* que tem como característica a alta demanda da China. Esse fato de especialização pode ocorrer a desindustrialização. Devido a especialização de *commodities*, tem-se a diminuição da capacidade de investir em políticas públicas voltadas para o setor industrial, vista como a “doença holandesa”. A desindustrialização diminui a capacidade de inserção internacional brasileira.

Entende-se que o Brasil produz produtos semi-faturados e manufaturados, mas está deixando de produzir estes devido à diretriz de exportação de produtos baseados em recursos naturais especialmente minerais, e assim acaba perdendo mercado internacional para a China. Além disso, cabe ressaltar que o processo de desestimular o setor industrial deteriora os termos de troca, pois ocorre a variação desvantajosa entre os produtos industrializados importados da China, e os produtos primários exportados do Brasil para a economia chinesa. Que acarreta em dependência comercial, e a manutenção da condição estrutural de centro-periferia. Ao abordar a indústria brasileira, cabe entender que esta não apresenta condições vistas como satisfatórias de concorrência mediante as importações chinesas. Logo, o Brasil está perdendo mercado

na América do Sul para a economia chinesa. (RAMANZINI JÚNIOR; RIBEIRO, 2013).

Cabe ressaltar ainda que de certo modo, há impacto da relação sino-brasileira. A questão é que a relação entre ambas as economias pode gerar novas formas de dependência, do tipo centro-periferia. Já que a pauta de exportação brasileira para a China não é muito diferente em relação aos Estados Unidos, devido à especialização de *commodities*. Ao mesmo tempo em que a pauta de exportação é vista em superávit, há uma evidente assimetria qualitativa pautada no intercâmbio comercial (*Ibdem*, 2013).

O Brasil tinha como intuito o projeto nacional-desenvolvimentista, contudo com o *boom* de exportação de *commodities* agrícolas para a China em decorrência da sua inserção no comércio internacional, observa-se a ocorrência da multiplicação de fluxos de comércio mais do que a média para outros destinos, averigua-se então superávits alicerçados por esse *boom* de exportação de *commodities* energéticas e agrícolas. Esse fato contribuiu para a especialização de *commodities* brasileiras. Cabe ressaltar ainda que a China não determinou a condição periférica da inserção internacional brasileira, mas contribuiu para que o projeto fosse postergado a partir da década de 1990.

Ressalta-se que desde a Revolução tardia da China, que buscara se sobressair ao poderio britânico. Com o *boom* de *commodities* que ocorrera devido ao aumento dos fluxos de comércio e que demonstrou superávit para a China e a economia brasileira, e seu projeto de aceleração industrial visto com Deng Xiaoping, a economia chinesa tem buscado matérias primas para atingir seus objetivos econômicos, especialmente quanto à infraestrutura. O Minério de ferro é fundamental para a fabricação do aço, visto em construções de aeroportos, ferrovias, maquinário pesado, entre outros meios de utilização. Acredita-se que a aceleração chinesa obteve um crescimento da demanda por exportação de minério de ferro brasileiro, e aumentou a dependência comercial brasileira em relação a China. Esse fato tem colocado o Brasil como estrutura periférica.

Cabe ressaltar ainda que ser produtor de *commodities* agrícolas não impede a industrialização, como já foi abordado anteriormente. Mas a longo prazo, poderá trazer consequências para o Brasil, como a dependência. E esse processo poderá gerar um processo de desindustrialização precoce, que afeta a economia brasileira.

Ao analisar os dados do fluxo de comércio de importação chinesa para o Brasil, cabe salientar ainda que a demanda por produtos de alto valor agregado tem-se aumentado. Assim, há uma apreciação da taxa de câmbio e a valorização da moeda nacional, fazendo com que as exportações se tornem mais caras e diminuindo a competitividade. Observa-se nesse caso, uma suposta dependência indireta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Revolução Industrial tardia da China, esta tem chamado a atenção de diversos pesquisadores, pelas suas elevadas taxas de crescimento econômico e participação no sistema internacional. A economia chinesa é cada vez mais presente no comércio da América do Sul, especialmente no Brasil. E tem atuado de maneira participativa neste. O gigante asiático é pautado como a futura superpotência no sistema internacional, devido ao projeto desenvolvimentista econômico chinês realizado por Deng Xiaoping, que foi baseado em exportação de produtos industrializados. Por esse motivo, o gigante asiático busca matérias primas para a sua produção em alta escala. Cabe salientar ainda que estas relações comerciais entre as economias, especialmente o Brasil, precisam ser vistas de forma crítica.

Com o advento da crise de 2008 e a convergência cíclica entre a economia brasileira e a chinesa, diversos autores argumentaram que a crise teria consequências mais duras para as economias emergentes. Contudo, devido ao processo de mudança macroeconômica da China, pautada no pacote de estímulos para desvencilhar-se da crise, o gigante econômico conseguiu recuperar-se rapidamente.

Já as economias latino-americanas, principalmente o Brasil, devido à exportação de commodities de recursos naturais, em especial o minério de ferro brasileiro voltados para aquela economia, também obtiveram uma recuperação em 2010, em detrimento da contínua, porém, diminuída compra de produtos brasileiros para a China. Cabe ressaltar que ao se especializar em commodities, a economia brasileira é atingida de maneira positiva em curto prazo, mas à longo prazo, poderá sofrer com a dependência econômica da China e o processo de desindustrialização.

Pode-se observar uma suposta especialização em *commodities* realizando uma análise da balança comercial Brasil-China, nos gráficos de quantidade em quilogramas, e porcentagem de minério de ferro exportados para o gigante asiático. Verifica-se um

superávit econômico de exportação do Brasil, que gera dependência comercial e a manutenção estrutural de Centro-Periferia. Acredita-se que a inserção internacional do Brasil para a China caracteriza-se sim como periférica, especialmente na exportação de minério de ferro.

Cabe salientar ainda que com o superávit brasileiro, se exporta mais produtos do que se importa para a China. Contudo o gráfico de análise de importação chinesa demonstra que há um aumento das importações para o Brasil, este aumento é visto como qualitativo. Nesse contexto, é possível entender que há uma deterioração nos termos de troca entre os produtos sino-brasileiros.

Não necessariamente investir em commodities é prejudicial para a economia. Mas em longo prazo, esta fica pautada na dependência econômica de importar tecnologia, que aumentam a condição estrutural de desigualdade.

Um dos problemas pautados pela dependência econômica de exportação de commodities é a “doença holandesa”. Esta explicita o fato de que a exportação de recursos naturais aprecia a taxa cambial que desvaloriza o real. Esse fator desestimula a produção baseada no setor industrial. O processo de desestimular o setor da indústria faz com que ocorra a especialização de *commodities*, obtém um aumento da deterioração dos termos de troca, e a economia não atinge a industrialização, para assim exportar produtos de alto valor agregado.

Desta forma, para desvencilhar-se desse problema, o Brasil deveria tomar decisões para defender a indústria, investir em tecnologia e pesquisa, alinhar as empresas e a pesquisa nas universidades para desenvolver tecnologias que possam agregar ao produto final. Cabe ainda salientar que há a necessidade de investimentos em infraestrutura, e exportação.

No âmbito internacional, a economia brasileira deveria estreitar suas relações com a América do Sul, buscar exportar produtos manufaturados para este continente, e aproveitar-se da vantagem geográfica em detrimento da China. Além disso, preocupar-se mais com a relação brasileira com a América do Sul, em detrimento da relação com os países desenvolvidos (como Estados Unidos e União Europeia).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACIOLY, L; PINTO, E. C; CINTRA, M. A. M. **“AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASI – CHINA: A ASCENSÃO DA CHINA NO SISTEMA MUNDIAL E OS DESAFIOS PARA O BRASIL”**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408\\_estudochinaipeamre.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf). Acesso em Janeiro de 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **“As Exportações Brasileiras e os Ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas”**. 2011. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>. Acesso em Janeiro de 2017.

BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **“Doença Holandesa e sua neutralização Ricardiana”**. 2010. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/2010.Doenca\\_holandesa\\_neutralizacao\\_a\\_bordagem\\_ricardiana.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/2010.Doenca_holandesa_neutralizacao_a_bordagem_ricardiana.pdf). Acesso em Novembro de 2016.

COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *La Republica Popular China y America Latina y el Caribe*. Hacia una nueva fase en el vinculo economico y comercial, Junio. Santiago de Chile: CEPAL, 2011. Disponível em [http:// eclac.org.cl](http://eclac.org.cl). Acesso em setembro de 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Dados das Relações Comerciais Brasil-China**. Disponível em: <http://www.cebc.org.br>. Acesso em Fevereiro de 2017.

COSTA, G. O. M. **“A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-BRASILEIRAS”**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequence=1>. Acesso em Janeiro de 2016.

COUTO, J. M. **“O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Periódicos Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf>. Acesso em Dezembro de 2016.

CUNHA, A. M. **“A CHINA E O BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL”**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. suplementar, p. 9-29. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/03.pdf>. Acesso em Janeiro de 2017.

FREITAS; G. S. B. **“A DEMANDA POR MINÉRIO DE FERRO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA”**. Dissertação - Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2012. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3770/1/2012\\_GiulianiSilvaBarbosadeFreitas.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3770/1/2012_GiulianiSilvaBarbosadeFreitas.pdf). Acesso em Janeiro de 2017

FURTADO, C. **“Desenvolvimento e subdesenvolvimento”**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GONTIJO, C. M. A. **Economia e Comércio da China**. Revista Conjuntura Global da PUC de Minas Gerais. 2005. Disponível em: [http://ws3.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20050818094956.pdf?PHPSESSID=9d7e3f28e8b6c28ed9d210f5f722b108](http://ws3.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050818094956.pdf?PHPSESSID=9d7e3f28e8b6c28ed9d210f5f722b108). Acesso em Janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira**. 7º Edição. 2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>. Acesso em Setembro de 2016.

LAMOSO, L. P. **A EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL**. Jundiaí, Pacto Editorial: 2015.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. FUNAG, 2010. 252p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao\\_da\\_China\\_como\\_Potencia\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf). Acesso em Setembro de 2016.

MACHADO, L. T. **“A Teoria da Dependência na América Latina”**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 35. São Paulo, 1999.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000100018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018). Acesso em Janeiro de 2017.

MACHADO, J. B. M; FERRAZ; G. T. **COMÉRCIO EXTERNO DA CHINA E SEUS EFEITOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL/IPEA. 2015.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Dados de Importação e Exportação Brasileira para a China**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. **DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DUODECENAL (2010-230) DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL**. 2009. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P09\\_RT18\\_Perfil\\_da\\_Minerao\\_de\\_Ferro.pdf/e9ef3b57-cbdb-4166-b39d-f0f26f28e3ca](http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P09_RT18_Perfil_da_Minerao_de_Ferro.pdf/e9ef3b57-cbdb-4166-b39d-f0f26f28e3ca). Acesso em Dezembro de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. **República Popular da China**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em Fevereiro de 2017.

MONSANER, M. S; CASSEB, N. C. B; NADER, G. “**O Pacote de investimentos chinês “Dez projetos para expandir a demanda interna”**: Uma abordagem pós-keynesiana para investimento público, renda e desigualdade”. Revista Pesquisa & Debate. Vol. 26. N. 2 (48). Pp. 65-86. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/24505/17598>. Acesso em Fevereiro de 2017.

MORTATTI, C. M; MIRANDA, S. H. G; BACCHI, M. R. P. “**Determinantes do Comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM**”. Revista de Economia Aplicada vol. 15 n.2. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502011000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000200007). Acesso em Janeiro de 2017.

NONNENBERG, M. B; LEVY, P. M; DE NEGRI, F; COSTA, K. P. “**O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa**”. Instituto Brasileiro de Pesquisa

Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1333.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1333.pdf). Acesso em Fevereiro de 2017.

PEREIRA, C. G. **Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento**. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2005. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=54&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171). Acesso em Dezembro de 2016.

PINTO, E. C; GONÇALVES, R. **“Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa”**. Revista Economia e Sociedade, v. 24, n. 2 (54), p. 449-479. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n2/0104-0618-ecos-24-02-00449.pdf>. Acesso em Março de 2017.

PREBISCH, R. **“O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”**. Introdução do *Estudio económico de la América Latina*. 1948. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acesso em Outubro de 2016.

RAMANZINI JÚNIOR, H; RIBEIRO P. F. **“A Relação bilateral e a atuação do Brasil e da China na América do Sul e na África”**. Revista Carta Internacional, vol 8. N. 1, 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta>. Acesso em Março de 2017.

ROLO, L. M. **“Relações Comerciais entre China e América do Sul: Os Impactos na América do Sul e no Brasil”**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122961/000822119.pdf?sequence=1>. Acesso em Novembro de 2016.

SOARES, E. e CASTILHO, M. (2014) **“O impacto das importações chinesas na indústria brasileira nos anos 2000”**. 42º Encontro da ANPEC, Natal, 2015. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files\\_I/i9-acc8b9f95790afc4c7a1bd05c2df05a0.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-acc8b9f95790afc4c7a1bd05c2df05a0.pdf). Acesso em Janeiro de 2017.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB E ESTUDOS CORRELATOS**. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=137&Itemid=221](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=137&Itemid=221). Acesso em Fevereiro de 2017.

SOLOW, A; MOTA, P. L. “**A Nação Chamada China**”. 2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/terraco-economico/post/4071815/negocio-china-barato-pode-sair-muito-caro>. Acesso em Outubro de 2016.

The Observatory of Economic Complexity. **O Estado da China**. 2014. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chn/>. Acesso em Janeiro de 2017.

VILLELA, E. V. M. “**As Relações comerciais Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**”. Artigo publicado em Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico (GEAP-PUC/SP). 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>. Acesso em Outubro de 2016.